

FSD Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/ME nº 17.931.161/0001-00 – NIRE 35300452135

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 06 de abril de 2022

Hora e Local: sede social da Companhia FSD Negócios Imobiliários S.A, na Avenida 39, nº 0346, Centro, na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, CEP: 14.780-400, às 17:00 horas. **Presença:** o quórum de instalação, e primeira convocação, foi com a presença dos acionistas que representam a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas do Livro de Presença de Acionistas e ao final da presente ata. **Convocação:** Dispensada a publicação dos editais, conforme dispõe o artigo, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76. **Composição da Mesa:** Presidente, Franklin Junqueira de Azevedo e o Secretário, Maurício Pinto e Silva. **Ordem do Dia:** Eleição e Posse dos membros do Conselho de Administração. **Deliberação:** Dando início à Assembleia, foram indicados para compor a mesa, como Presidente o Sr. Franklin Junqueira de Azevedo e para Secretário o Sr. Maurício Pinto e Silva, nos termos do Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia. Após debates sobre a matéria da Ordem do Dia, os acionistas presentes, votaram da seguinte forma: **Item 1) Eleição e Posse dos membros do Conselho de Administração:** Os acionistas aprovaram, por unanimidade, a eleição dos membros do Conselho de Administração da sociedade, a saber: 1. **André Junqueira de Azevedo**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.434.952-SSP/SP e inscrito no CPF(ME) sob o nº 257.957.228-71, residente e domiciliado na Rua Fernandes de Abreu, nº 159, Chácara Itaim, Apartamento 601, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04.543-070; 2. **Franklin Junqueira de Azevedo**, brasileiro, casado, produtor rural, portador da carteira de identidade RG nº 3.509.920 SSP/SP e inscrito do CPF (ME) sob o nº 194.371.618-87, residente e domiciliado na Rua Pedroso Alvarenga, nº 121, apartamento 71, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, Cep:04.531-010; 3. **Inácio de Lóiola Meirelles Junqueira de Azevedo**, brasileiro casado, biólogo, portador da Carteira de Identidade RG nº 16. 776.365-9-SSP/SP e inscrito no CPF(ME) sob o nº 271.177.508-98, residente e domiciliado na Rua Guaonés, nº 144, Jardim Guedala, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 05.610-010; 4. **Maurício Pinto e Silva**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.605.148-SSP/SP e inscrito no CPF(ME) sob o nº 088.781.488-30, residente e domiciliado na Rua Três Irmãos, nº 149, apartamento 14, Vila Progredior, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 05.615-190; 5. **Otávio Pinto e Silva**, brasileiro, casado advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.359.939-SSP/SP e inscrito no CPF(ME) sob o nº 101.622.578-48, residente e domiciliado na Rua Jesuíno Arruda, nº 134, apartamento 91, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 04.532-080; 6. **Maria Esther Giobbi**, brasileira, divorciada, decoradora, portadora da Carteira de Identidade RG nº 4.156.872-2-SSP/SP e inscrita no CPF(ME) sob o nº 049.109.388-85, residente e domiciliada na Rua Horácio Lafer, nº 815, 10º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.538-083; **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, às 18:15 horas foram encerrados os trabalhos desta assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai por todos os acionistas assinada. Barretos/SP, 06 de abril de 2022. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no próprio livro. **Mesa:** Presidente, Franklin Junqueira de Azevedo e o Secretário, Maurício Pinto e Silva. **Acionistas:** Franklin Junqueira de Azevedo, André Junqueira de Azevedo, Maria Esther Giobbi, Maurício Pinto e Silva, Inácio de Lóiola Meirelles Junqueira de Azevedo, Eduardo Luiz Pinto e Silva, Ana Maria Junqueira de Azevedo Tilkian, Maria Cristina Junqueira de Azevedo, Otávio Pinto e Silva, Eduardo Pinto e Silva. JUCESP nº 696.400/22-4 em 22/12/22. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Agroindustrial Vista Alegre S.A. (Em recuperação judicial)

CNPJ/MF nº 44.836.856/0001-77

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Agroindustrial Vista Alegre S.A. (em recuperação judicial), vem apresentar a V.Sas. O Balanço Patrimonial encerrado em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras para o período findo em 31/03/2020 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos a disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Fazenda Vista Alegre, Bairro Pinhal s/n, no Município de Itapetininga-SP, no qual encontram-se arquivadas as demonstrações financeiras completas. A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Nota	2021	2020	Capital social	Instrumento para conversão em aumento de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial / custo atribuído	Total
Circulante		13.898	12.159						
Caixa e equivalentes de caixa	4	29	25	70.189	-	159	(106.744)	50.656	14.260
Contas a receber	5	379	380	-	131.130	-	-	-	131.130
Estoques	6	11.615	9.457	-	-	-	695	(695)	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.031	1.583	-	-	-	-	236	236
Outras contas a receber		844	714	-	-	-	1.191	-	1.191
Não circulante		349.820	373.885						
Partes relacionadas	8	4	81.224	70.189	131.130	159	(104.221)	50.197	147.454
Títulos e valores mobiliários	8	61.285	-	-	(59.391)	-	-	-	(59.391)
Impostos e contribuições a recuperar	7	236	242	-	-	-	695	(695)	-
IRPJ e CSLL diferidos	18	24.377	24.311	-	-	-	-	236	236
Depósitos judiciais	17	1.445	3.372	-	-	-	1.208	-	1.208
Outras contas a receber		1.169	1.169	-	-	-	(25.197)	-	(25.197)
Investimentos em outras sociedades	9	195	195	70.189	71.739	159	(127.515)	49.738	64.310
Imobilizado	10	260.683	262.935	-	-	-	-	-	-
Intangível		426	437	-	-	-	-	-	-
Total do ativo		363.718	386.044						
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante		35.917	37.763						
Empréstimos e financiamentos	11	378	761	-	-	-	-	3.439	3.425
Fornecedores	12	6.131	4.785	21	(6.072)	(10.006)	-	234	(47)
Obrigações sociais	13	5.387	3.428	21	(4.263)	(1.248)	-	66	(540)
Obrigações fiscais	14	11.648	10.687	21	(25.006)	3.551	-	-	18
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	15	3.671	5.300	-	(35.341)	(7.703)	-	-	69
Adiantamentos de clientes	16	6.028	9.309	9	(234)	(47)	-	1.024	612
Plano de recuperação judicial (PRJ)	27	2.661	3.418	-	(23.922)	2.317	-	1.208	1.191
Outras contas a pagar		13	75	-	-	-	-	442	26
Não circulante		263.491	200.827						
Empréstimos e financiamentos	11	8.561	7.588	22	764	8	-	442	26
Partes relacionadas	8	77.622	37.494	22	(2.443)	(2.297)	-	-	(244)
Partes relacionadas - PRJ	27	100.146	100.146	-	-	-	-	26.826	(717)
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	15	9.090	12.541	-	-	-	-	7.704	4.430
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	17	30.181	3.356	-	-	-	-	-	-
Provisão sobre investimentos	9	543	309	-	-	-	-	-	-
Plano de recuperação judicial (PRJ)	27	31.575	34.183	-	-	-	-	-	-
Resultado de exercícios futuros (PRJ)	27	5.773	5.210	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido		64.310	147.454						
Capital social		70.189	70.189	-	-	-	-	-	-
Instrumento para conversão em aumento de capital		71.739	131.130	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação		159	159	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		49.737	50.196	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados		(127.514)	(104.220)	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		363.718	386.044						

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Nota	2021	2020	2021	2020	
Receita operacional líquida	20	128.565	97.934		
Custo dos produtos vendidos	21	(116.912)	(87.867)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		11.653	10.067		
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	21	(6.072)	(10.006)		
Comerciais	21	(4.263)	(1.248)		
Outros resultados operacionais líquidos	21	(25.006)	3.551		
Resultado de participações societárias		9	(234)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(23.922)	2.317		
Receitas financeiras	22	764	8		
Despesas financeiras	22	(2.443)	(2.297)		
Variação cambial líquida	22	338	69		
Resultado financeiro líquido		(1.341)	(2.220)		
Resultado antes dos impostos		(25.263)	97		
IRPJ e CSLL	18	66	540		
Diferidos		(25.197)	637		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(25.197)	637		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			AUMENTO LÍQUIDO/(REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Nota	2021	2020	2021	2020	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(25.197)	637		
Resultado abrangente do exercício		(25.197)	637		
Fornecedores					
Obrigações sociais		1.345	(33.170)		
Obrigações fiscais e parcelamentos tributários		1.959	169		
Outras contas a pagar		(4.119)	3.712		
Partes relacionadas		(62)	64		
Adiantamentos de clientes		40.128	(87.114)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		35.970	(117.158)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		63.801	(110.313)		
Adições ao imobilizado		(1.170)	(1.096)		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.170)	(1.096)		
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento					
Partes relacionadas - PRJ		-	100.146		
Plano de recuperação judicial - PRJ		(3.365)	37.600		
Plano de recuperação judicial - Futuro aumento de capital		667	131.130		
Plano de recuperação judicial - Resultado exercícios futuros		563	5.210		
Transferência de dívidas por assunção		(60.058)	(24.736)		
Transferências conf. Plano de Recuperação Judicial - PRJ		-	(139.063)		
Plano de recuperação judicial - Ajustes no exercício		-	(291)		
Plano de recuperação judicial - Ajustes no exercício futuro		-	1.578		
Juros pagos		(46)	(83)		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(388)	(691)		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(62.627)	110.800		
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		4	(609)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		29	25		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		25	634		
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		4	(609)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. **Contexto operacional.** A Agroindustrial Vista Alegre S.A. ("Sociedade" ou "Vista Alegre"), com Sede na Fazenda Vista Alegre em Itapetininga, Estado de São Paulo, dedica-se à produção, comercialização e exportação de açúcar, etanol, aguardente e demais produtos de cana-de-açúcar e atua como representante e agente para: • Produção e comercialização de açúcar, álcool e outros produtos extraídos da cana-de-açúcar; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo e vapor de descarga com cogeração de energia elétrica; • Importação e exportação de produtos relacionados às suas atividades (insusos agrícolas) e como exportadora comercial de etanol, e açúcar; • Comercialização de combustíveis. 1.1. **Situação financeira e planos da Administração.** A Agroindustrial Vista Alegre foi afetada pelas recorrentes crises do setor de açúcar e etanol do nosso país, decorrente (i) das adversidades climáticas (geadas nos anos de 2011 e 2016 e seca em 2014), em uma série de condições meteorológicas inesperadas e consecutivas que impossibilitou a recuperação na safra seguinte do que foi perdido na safra anterior e fez com que as perdas se acumulassem exponencialmente; (ii) da consequente redução da área plantada e, por conseguinte, da moagem; (iii) do crescimento do custo da mão-de-obra; (iv) da intervenção do governo brasileiro no preço da gasolina, e, como consequência, a manutenção do preço do etanol em patamares inferiores ao custo de produção; e (v) da queda do preço do açúcar no mercado externo, acompanhando o movimento descendente de preços das commodities. Nesse contexto, fez-se necessário que a Vista Alegre tomasse elevados empréstimos de recursos em moeda nacional e estrangeira junto a bancos, o que colaborou significativamente para o aumento do seu endividamento. Em meio a essa conjuntura financeira delicadíssima e sem acesso a novas linhas de crédito e tentando se soerguer através de sua própria geração de caixa, a situação se agravou irremediavelmente em consequência de decisão judicial proferida nos autos da ação de execução movida pelos Bancos Santander, Bradesco e Itaú (processo nº 1107454-91.2015.8.26.0100), que determinou a penhora sobre 45% da produção de álcool e açúcar da usina, o que culminou no inevitável pedido de recuperação judicial. 1.2. **Plano de reestruturação operacional.** A Sociedade por meio de sua Diretoria, desenvolveu um plano de reestruturação financeira operacional, visando à lucratividade necessária para permitir os pagamentos da sua dívida: **Administrativa financeira.** • Reestruturação da dívida de modo que a geração de caixa da Sociedade permita os seus pagamentos; • Dação em pagamento de imóveis não operacionais pertencentes a outras empresas do grupo; • Redução das taxas de juros sobre o endividamento reestruturado; • Na sua Sociedade coligada Agrícola Almeida Ltda., investimentos no plantio de cana-de-açúcar de modo a otimizar a capacidade de produção ora ociosa. 1.3. **Recuperação Judicial.** Em 01/09/2017, a Sociedade e sua Coligada Agrícola Almeida Ltda, ajuizaram pedido de Recuperação Judicial conforme processo nº 1006126-28-2017.8.26.0269, cujo processamento foi deferido por decisão deferida em 15/09/2017. O pedido de recuperação judicial representou um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pelas Sociedades e tem por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, realizar medidas que objetivam a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida reestruturada, e principalmente à geração de capital de giro e de recursos necessários para a continuidade de suas atividades devidamente dimensionadas para a nova realidade da Agroindustrial Vista Alegre S.A. Em decisão proferida em 07/10/2019 e publicação em 10/10/2019, homologou-se o Plano de Recuperação Judicial em conjunto das Sociedades, tendo sido aprovado por seus credores em Assembleia Geral instalada em 23/09/2020, e em 12/11/2020 foi aprovado a ratificação do Plano de Recuperação Judicial em decisão proferida em 14/01/2021 e publicação em 27/01/2021, para incluir a cláusula 9, sendo que os credores listados nas cláusulas 8.2 passarão a integrar a cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial. A administração da sociedade vem cumprindo o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). A Sociedade realizou a transferência de determinadas dívidas financeiras para a sua parte relacionada Agrícola Almeida Ltda. em virtude de manter saldos a receber dessa parte relacionada. O montante envolvido foi de R\$ 428.334 mil, porém, sem solicitar anuidade das instituições financeiras credoras, sendo que as referidas dívidas podem ser executadas diretamente da Sociedade. **Resumo do plano de recuperação judicial aprovado:** Os credores foram divididos por natureza sendo classificados em: • Credores trabalhistas; • Credores com garantia real (instituições financeiras); • Credores ME e EPP; • Credores quirografários (fornecedores e instituições financeiras); • Credores fiscal e extraconcursal. Apresentamos a seguir a composição do saldo passivo do Plano de Recuperação Judicial em 31/03/2021, por natureza de credores:

Plano de Recuperação Judicial					
Composição da dívida - em milhares R\$					
Tipo de Credor	Movimentação no período				Participação %
	2020	Baixas	Habilitações Monet	A. Realocação	
Credores trabalhistas	330	(330)	-	-	-
Credores c/ garantia real	3.766	-	-	(3.766)	-
Credores extraconcursal	23.297	(23.297)	-	-	-
Credores quirografários	108.648	(33.658)	-	1.292	76,282
Credores (EPP - ME)	1.659	(0)	-	1.659	3,38%
Credores estratégicos	21.757	(15)	-	21.737	16,18%
Credores - Cláusula 8	-	-	1.307	-	349
Credores - Cláusula 8.2	9.278	(1.149)	2	(8.131)	0,00%
Credores - Cláusula 9.2	-	(3.141)	-	7.783	4,64%
Credores -	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	100.146	-	-	100.146	74,52%
Total	268.876	(61.591)	1.309	(2.473)	100,0

Credores com Garantia Real e Quirografários. O pagamento dos Credores Quirografários está proposto no PRJ da seguinte forma: • **Deságio:** Será aplicado deságio de 80% sobre os Créditos Garantia Real e Quirografários. • **Carência de Principal e Remuneração:** Período de carência de pagamento de principal e remuneração compreendido entre a Homologação do PRJ e o primeiro pagamento estabelecido no item (iv). • **Remuneração sobre a Parcela:** Sobre a parcela incidirá TR acrescida de 0,25% ao ano. • **Pagamento de Principal e Remuneração:** Os pagamentos serão feitos nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada Ano-Safra, respeitado o seguinte fluxo de paga-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Dadas		Valor inicial Saldo		Taxa		2021		2020																																																																																			
Modalidade	Captação vencto	Banco	Valor original	Saldo 28/12/18	US\$	US\$	R\$	2021	2020																																																																																		
PPE	14/12/09	28/11/14	HSBC Bank Brasil S.A	20.000	1.6630	33.260	52.982	764	8																																																																																		
PPE	03/01/11	30/10/15	HSBC Bank Brasil S.A	22.850	1.6630	38.000	74.303	(1.024)	(467)																																																																																		
PPE	10/02/09	31/12/14	Banco Bradesco S.A	12.600	1.7700	22.301	31.834	(131)	(118)																																																																																		
PPE	27/02/12	14/01/13	Banco Bradesco S.A	6.187	1.7436	10.787	20.048	(11)	(59)																																																																																		
PPE	28/01/11	05/01/16	Banco do Brasil S.A	10.000	1.6715	16.715	28.063	(304)	-																																																																																		
PPE	02/03/11	17/01/16	Banco do Brasil S.A	8.000	1.6560	13.248	22.545	(541)	(991)																																																																																		
PPE	26/08/09	04/08/14	Banco Santander S.A	5.000	1.8830	9.415	15.063	(305)	(506)																																																																																		
Total				84.637	143.726	244.838		(127)	(156)																																																																																		
(ii) Em 28/12/2018 créditos no valor total de R\$ 116.681 e dívidas bancárias no valor total de R\$ 98.703, conforme demonstrado a seguir:																																																																																											
18. IRPJ e CSLL diferidos. a) Natureza e expectativa de realização do IRPJ e da CSLL diferidos. O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados com base nas aliquotas vigentes de 25% para IRPJ e 9% para CSLL, perfazendo 34%, conforme a seguir:																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis</td> <td>10.261</td> <td>1.141</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa</td> <td>47.053</td> <td>55.697</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>57.314</td> <td>56.838</td> </tr> </tbody> </table>										Ativos	2021	2020	Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10.261	1.141	Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	47.053	55.697	Total	57.314	56.838																																																																						
Ativos	2021	2020																																																																																									
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10.261	1.141																																																																																									
Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	47.053	55.697																																																																																									
Total	57.314	56.838																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Passivos</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reserva de reavaliação</td> <td>(87)</td> <td>(88)</td> </tr> <tr> <td>Diferenças temporárias de depreciação (i)</td> <td>(7.228)</td> <td>(6.580)</td> </tr> <tr> <td>Custo atribuído sobre imobilizado</td> <td>(25.622)</td> <td>(25.859)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(32.937)</td> <td>(32.527)</td> </tr> </tbody> </table>										Passivos	2021	2020	Reserva de reavaliação	(87)	(88)	Diferenças temporárias de depreciação (i)	(7.228)	(6.580)	Custo atribuído sobre imobilizado	(25.622)	(25.859)	Total	(32.937)	(32.527)																																																																			
Passivos	2021	2020																																																																																									
Reserva de reavaliação	(87)	(88)																																																																																									
Diferenças temporárias de depreciação (i)	(7.228)	(6.580)																																																																																									
Custo atribuído sobre imobilizado	(25.622)	(25.859)																																																																																									
Total	(32.937)	(32.527)																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Diferido líquido registrado no ativo</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a diferença entre a depreciação fiscal e societária. b) Período estimado de realização dos créditos tributários.</td> <td>24.377</td> <td>24.311</td> </tr> </tbody> </table>										Diferido líquido registrado no ativo	2021	2020	(i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a diferença entre a depreciação fiscal e societária. b) Período estimado de realização dos créditos tributários.	24.377	24.311																																																																												
Diferido líquido registrado no ativo	2021	2020																																																																																									
(i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a diferença entre a depreciação fiscal e societária. b) Período estimado de realização dos créditos tributários.	24.377	24.311																																																																																									
23. Instrumentos financeiros. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação de seu potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: 23.1. Gestão de risco de capital. A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os resultados acumulados. Sistemáticamente, a Administração revisa a estrutura de capital e analisa sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são: salvaguardar a capacidade de solvência e a continuidade das operações, além de manter uma estrutura de capital possível para reduzir custo e maximizar os recursos a serem aplicados nos negócios existentes. Dessa forma a Sociedade vem mantendo negociações com o pool de bancos que financiou seu projeto de ampliação e de cogeração no sentido de adequar o custo e o fluxo de pagamentos do seu endividamento de acordo com a sua geração de caixa. Além disso, a Sociedade está em fase de negociação dos valores que estão sendo executados por determinadas instituições financeiras. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado. a. Considerações gerais. A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. A política de controle consiste em acompanhar permanentemente as taxas de juros contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado sobre: Empréstimos e financiamentos: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixados; Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias; Caixa e equivalentes de caixa: estão substancialmente indexados ao CDI. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Empréstimos e recebíveis</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ativos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes a caixa</td> <td>29</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>379</td> <td>380</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas</td> <td>61.289</td> <td>81.224</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a receber</td> <td>2.013</td> <td>1.884</td> </tr> <tr> <td>Passivos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>6.131</td> <td>4.785</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>8.939</td> <td>8.348</td> </tr> <tr> <td>Plano de recuperação judicial</td> <td>34.236</td> <td>37.600</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas - RJ</td> <td>100.146</td> <td>100.146</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas</td> <td>77.622</td> <td>37.494</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>13</td> <td>75</td> </tr> </tbody> </table>											2021	2020	Empréstimos e recebíveis			Ativos			Caixa e equivalentes a caixa	29	25	Contas a receber	379	380	Partes relacionadas	61.289	81.224	Outras contas a receber	2.013	1.884	Passivos			Fornecedores	6.131	4.785	Empréstimos e financiamentos	8.939	8.348	Plano de recuperação judicial	34.236	37.600	Partes relacionadas - RJ	100.146	100.146	Partes relacionadas	77.622	37.494	Outras contas a pagar	13	75																																								
	2021	2020																																																																																									
Empréstimos e recebíveis																																																																																											
Ativos																																																																																											
Caixa e equivalentes a caixa	29	25																																																																																									
Contas a receber	379	380																																																																																									
Partes relacionadas	61.289	81.224																																																																																									
Outras contas a receber	2.013	1.884																																																																																									
Passivos																																																																																											
Fornecedores	6.131	4.785																																																																																									
Empréstimos e financiamentos	8.939	8.348																																																																																									
Plano de recuperação judicial	34.236	37.600																																																																																									
Partes relacionadas - RJ	100.146	100.146																																																																																									
Partes relacionadas	77.622	37.494																																																																																									
Outras contas a pagar	13	75																																																																																									
O valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado ou de realização na data do balanço. 23.2. Riscos de mercado. • Risco de câmbio: está relacionado à possibilidade de oscilação das taxas de conversão cambial de transações originalmente contratadas em moeda estrangeira, tais como: vendas, operações de crédito e custo dos produtos vendidos; • Risco de preço das mercadorias: está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Sociedade vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e o custo dos produtos são afetados por alterações de preços; • Riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. 23.3. Risco de crédito. É o risco de perda financeira no caso de cliente ou contraparte de instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. A Sociedade controla o risco de crédito em relação a cada um de seus produtos: • Energia elétrica: é integralmente comercializada no mercado livre de curto prazo, com pagamentos até o sétimo dia útil do mês subsequente ao mês de fornecimento, conforme volume e preço negociados durante o período do mercado de curto prazo. Caso não ocorra negociação entre a Sociedade e os demais agentes, esta energia é liquidada no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio do mês de fornecimento, com pagamento na data de liquidação do mercado de curto prazo na CCEE, que ocorre até o mês subsequente mais vinte e cinco dias úteis, descontado a inadimplência do Ambiente de Livre Contratação (ACL) no período; • Açúcar: a totalidade da produção de açúcar é exportada pelas empresas comerciais exportadoras Sucden, Canex, Confex Internacional e Czarnikow Brasil Ltda, com recebimento semanal de 80% do açúcar depositado nos armazéns portuários, constituindo praticamente operação à vista, sendo o volume remanescente liquidado contra apresentação dos documentos de remessa; • Etanol: 75% da produção é vendida por meio de contrato com pagamentos semanais. O volume remanescente é vendido no mercado à vista com pagamento antecipado; • Adiantamentos para fornecimento de cana: a Sociedade acompanha a evolução dos principais fornecedores quanto à capacidade de honrar com as entregas programadas. O principal fornecedor é a Agrícola Almeida Ltda., empresa relacionada e de controle comum dos acionistas da Sociedade. Quando necessário, a Sociedade estabelece provisão para redução ao valor recuperável que representa suas estimativas de perdas incorridas em relação a duplicatas e outros recebíveis. Esta provisão está relacionada, principalmente, à perda específica relacionada a exposições individuais significativas e a um componente de perda coletivo estabelecido em relação a grupos de ativos similares no tocante a perdas incorridas, mas ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em dados históricos de estatística de pagamento relativos a ativos financeiros similares. Em 31/03/2021 a Sociedade não reconheceu qualquer provisão para perdas com recebíveis. • Risco de liquidez. É o risco de dificuldades para a Sociedade cumprir suas obrigações com passivos financeiros. A Sociedade procura garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. Entretanto, conforme apresentado na Nota Explicativa no 1, a Sociedade vem enfrentando dificuldades em manter liquidez para cumprir com suas obrigações e manter suas operações em seu curso normal. Desta forma, sua Administração está empenhada em assegurar o mínimo de liquidez para que suas operações possam receber os investimentos necessários em capital de giro, bem como permanentes para cumprir com suas estratégias de negócios de curto e longo prazos. b. Risco operacional. É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes de várias causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como consequência de exigências de lei e de normas geralmente aceitas de conduta comercial. No tocante a riscos operacionais, são contratadas apólices de seguro específicas para cobrir danos que possam ocorrer em nosso parque industrial, como avaria de maquinário, veículos, danos elétricos, vendavais e incêndio, que garantem a substituição das perdas. Análise de sensibilidade – cambial. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários de "Alta" e "Baixa" foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável. A tabela a seguir demonstra eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados:																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Cenários</th> <th colspan="2">Alta</th> <th colspan="2">Baixa</th> </tr> <tr> <th>Provável</th> <th>25%</th> <th>50%</th> <th>25%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Passivos financeiros</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>4.491</td> <td>12.706</td> <td>20.920</td> <td>(2.081)</td> </tr> <tr> <td>As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa. Risco de taxa de juros (Análise de sensibilidade). A Sociedade está exposta aos riscos de taxa de juros pós-fixadas, principalmente no que tange as operações de financiamentos e empréstimos. A administração considerou risco significativos as operações indexadas às taxas CDI e TJLP. O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI e da TJLP para o próximo exercício, ou seja, taxas anuais de 2,25% e 4,91% respectivamente. Para os cenários I e II foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. Para os cenários III e IV foram considerados uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas como cenário provável. A tabela a seguir demonstra o eventual impacto no resultado, considerado para o cenário provável, e os eventuais impactos adicionais no resultado considerados para os cenários I, II, III e IV:</td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Instrumentos</th> <th>Risco</th> <th>Exposição</th> <th>Provável</th> <th>I</th> <th>II</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Instrumento financeiro passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação CDI</td> <td>8.939</td> <td>201</td> <td>251</td> <td>302</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação TJLP</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Instrumento financeiro passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação CDI</td> <td>8.939</td> <td>201</td> <td>151</td> <td>101</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação TJLP</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10">As informações utilizadas para a apuração das análises de sensibilidade apresentadas acima</td> </tr> </tbody> </table>										Cenários	Alta		Baixa		Provável	25%	50%	25%	Passivos financeiros					Empréstimos e financiamentos	4.491	12.706	20.920	(2.081)	As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa. Risco de taxa de juros (Análise de sensibilidade). A Sociedade está exposta aos riscos de taxa de juros pós-fixadas, principalmente no que tange as operações de financiamentos e empréstimos. A administração considerou risco significativos as operações indexadas às taxas CDI e TJLP. O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI e da TJLP para o próximo exercício, ou seja, taxas anuais de 2,25% e 4,91% respectivamente. Para os cenários I e II foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. Para os cenários III e IV foram considerados uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas como cenário provável. A tabela a seguir demonstra o eventual impacto no resultado, considerado para o cenário provável, e os eventuais impactos adicionais no resultado considerados para os cenários I, II, III e IV:	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Instrumentos</th> <th>Risco</th> <th>Exposição</th> <th>Provável</th> <th>I</th> <th>II</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Instrumento financeiro passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação CDI</td> <td>8.939</td> <td>201</td> <td>251</td> <td>302</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação TJLP</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Instrumento financeiro passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação CDI</td> <td>8.939</td> <td>201</td> <td>151</td> <td>101</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação TJLP</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>										Instrumentos	Risco	Exposição	Provável	I	II	Instrumento financeiro passivos						Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.939	201	251	302	Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-	Instrumento financeiro passivos						Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.939	201	151	101	Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-	As informações utilizadas para a apuração das análises de sensibilidade apresentadas acima									
Cenários	Alta		Baixa																																																																																								
	Provável	25%	50%	25%																																																																																							
Passivos financeiros																																																																																											
Empréstimos e financiamentos	4.491	12.706	20.920	(2.081)																																																																																							
As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa. Risco de taxa de juros (Análise de sensibilidade). A Sociedade está exposta aos riscos de taxa de juros pós-fixadas, principalmente no que tange as operações de financiamentos e empréstimos. A administração considerou risco significativos as operações indexadas às taxas CDI e TJLP. O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI e da TJLP para o próximo exercício, ou seja, taxas anuais de 2,25% e 4,91% respectivamente. Para os cenários I e II foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. Para os cenários III e IV foram considerados uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas como cenário provável. A tabela a seguir demonstra o eventual impacto no resultado, considerado para o cenário provável, e os eventuais impactos adicionais no resultado considerados para os cenários I, II, III e IV:																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Instrumentos</th> <th>Risco</th> <th>Exposição</th> <th>Provável</th> <th>I</th> <th>II</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Instrumento financeiro passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação CDI</td> <td>8.939</td> <td>201</td> <td>251</td> <td>302</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação TJLP</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Instrumento financeiro passivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação CDI</td> <td>8.939</td> <td>201</td> <td>151</td> <td>101</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td> <td>variação TJLP</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>										Instrumentos	Risco	Exposição	Provável	I	II	Instrumento financeiro passivos						Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.939	201	251	302	Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-	Instrumento financeiro passivos						Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.939	201	151	101	Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-																																								
Instrumentos	Risco	Exposição	Provável	I	II																																																																																						
Instrumento financeiro passivos																																																																																											
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.939	201	251	302																																																																																						
Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-																																																																																						
Instrumento financeiro passivos																																																																																											
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.939	201	151	101																																																																																						
Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-																																																																																						
As informações utilizadas para a apuração das análises de sensibilidade apresentadas acima																																																																																											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



24. Cobertura de seguros. A Sociedade tem cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em reais, é como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo de cobertura
Edifícios, máquinas e instalações industriais e estoques	Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão e imolação de qualquer natureza	70.000
	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impactos de veículos terrestres e fumaça	2.000
	Danos elétricos	4.000
	Equipamentos eletrônicos com roubo	200
	Roubo e furto qualificado de bens	100
	Responsabilidade civil geral	500
	Linhas de transmissão	5.000

25. Benefícios a empregados. a) Bônus de negociação de acordo coletivo. A Sociedade possui programa de bônus aos seus colaboradores, negociado por meio dos sindicatos dos trabalhadores, cuja vigência inicia em 1º de maio de cada ano, tendo iniciado no exercício de 2010 e 2011. Em 31/03/2021 e de 2020 a Sociedade registrou bônus no montante de R\$ 42. Estes benefícios foram registrados como custos ou despesas. **b) Outros benefícios.** A Sociedade provém a seus empregados, seguro de vida em grupo enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tal benefício é custeado na sua totalidade pelos funcionários. **26. Compromissos futuros de vendas e compras.** Em 31/03/2021, a Sociedade tinha firmado os seguintes compromissos: a) **Vendas de etanol no mercado interno.** A Sociedade possui contrato para o fornecimento de 12.000 metros cúbicos de etanol anidro para o período de abril de 2021 a março de 2022. b) **Vendas de energia elétrica.** A Sociedade passou a vender energia no mercado livre de curto prazo. Nesta modalidade de venda, a Sociedade vem auferindo uma receita bruta média de R\$ 171 (Cento e Setenta e Um Reais) por MWh, referentes a comercialização de 39.572 MWh (2020 - R\$ 179 referentes a 29.450 MWh). c) **Contrato de entrega de açúcar VHP – exportação.** Em 31/03/2021 a Sociedade havia firmado contratos em que se compromete a entregar a quantidade de 40.000 mil toneladas de açúcar VHP na safra. As entregas estão assim distribuídas:-

	R\$
Safra 2021/2022	40.000
A Agroindustrial Vista Alegre S.A. mantém diversos contratos de compra de cana-de-açúcar de terceiros, incluindo sua Coligada Agrícola Almeida que mantém com diversos parceiros agrícola o contrato para a exploração da cultura da cana-de-açúcar, com períodos de vigência de um a dois ciclos da cana-de-açúcar (seis ou doze anos), sendo em sua maioria renováveis à critério da sua coligada Agrícola Almeida Ltda. ao término desses períodos.	40.000

Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA). Em 31/03/2021, as estimativas de pagamentos futuros nos contratos de parcerias rurais são assim apresentadas: **Contratos de parceria agrícola - estimativas de pagamentos**

	2021	2020
Até um ano	7.158	5.365
Mais de um ano e menos de cinco anos	11.759	11.362
Mais de cinco anos	292	197
Total	19.209	16.924

27. Plano de Recuperação Judicial - PRJ. Em decisão proferida em 07/10/2019 e publicação em 10/10/2019, homologou-se o Plano de Recuperação Judicial em conjunto das Sociedades, tendo sido aprovado por seus credores em Assembleia Geral instalada em 23/09/2020, e em 12/11/2020 foi aprovado a rerratificação do Plano de Recuperação Judicial em decisão proferida em 14/01/2021 e publicação em 27/01/2021, para incluir a cláusula 9, sendo que os credores listados nas cláusulas 8.2 passarão a integrar a cláusula 9.2 do Plano de Recuperação Judicial, A administração da sociedade vem cumprindo o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Apresenta-se a seguir, a tabela referente ao resumo do PRJ, com as principais informações sobre os pagamentos para cada uma das classes de credores:

Classe	Carência	Deságio	Correção	Juros	Parcelas	Início dos Pagamentos	Deadline	Outras Informações	Fase Atual
Classe I - Trabalhistas	30 dias após a homologação do PRJ ou da decisão que habilitar o crédito.	Não	Não	Não	1	11/11/19	11/11/19	Estão sujeitos a essa condição os credores com créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial, no limite de até 5 salários mínimos por trabalhador, vencidos nos 3 meses anteriores ao ajuizamento da RJ	Iniciado
Classe I - Trabalhistas	Até um ano após a homologação do PRJ	Não	Não	Não	N/A	-	09/10/20	os créditos remanescentes após o pagamento inicial de até cinco salários mínimos será pago em até um ano a contar a partir da homologação do PRJ	Não Iniciado
Classe II - Garantia Real	Sem Carência	80%	TR + 0,25% a.a.	Não	6	jun/20	nov/35	os credores receberam o valor montante de 20% do valor de face dos seus créditos em 6 parcelas nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra, respeitados os percentuais de amortização de cada ano Safra.	Não Iniciado
Classe II - Garantia Real	Sem Carência	Não	Não	Não	(i) Os credores que optarem pelo recebimento integral do crédito terão um montante correspondente a 5% do valor do crédito pago em 35 parcelas mensais e iguais sendo a primeira até o último dia útil do segundo mês seguinte à homologação do PRJ. (ii) o montante referente a 95% do crédito será pago em uma única parcela até o 20º ano após a homologação do PRJ, corrigido pela TR desde a data de ajuizamento, até o efetivo pagamento, sendo que tal pagamento da parcela única se dará por meio da conversão dos créditos de garantia Real em participação societária da Recuperanda Agroindustrial Vista Alegre S.A. ou em eventual UPI constituída à época	30/12/19	07/10/39		Iniciado
Classe III - Quirografários	Sem Carência	80%	TR + 0,25% a.a.	Não	6	jun/20	nov/35	Os credores receberam montante referente a 20% do valor Face dos respectivos créditos em 6 parcelas nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra respeitados os percentuais de amortização de cada Ano Safra	Não Iniciado
Classe III - Quirografários	Sem Carência	Não	Não	Não	(i) Os credores que optarem pelo recebimento integral do crédito terão um montante correspondente a 5% do valor do crédito pago em 35 parcelas mensais e iguais sendo a primeira até o último dia útil do segundo mês seguinte à homologação do PRJ. (ii) o montante referente a 95% do crédito será pago em uma única parcela até o 20º ano após a homologação do PRJ, corrigido pela TR desde a data de ajuizamento, até o efetivo pagamento, sendo que tal pagamento da parcela única se dará por meio da conversão dos créditos de Natureza Quirografária em participação societária da Recuperanda Agroindustrial Vista Alegre S.A. ou em eventual UPI constituída à época	30/12/19	07/10/39		Iniciado
Classe IV - ME e EPP	Sem Carência	Não	TR + 0,25% a.a.	Não	6	jun/20	nov/28	Os credores Classe IV teram seus créditos pagos em 6 parcelas nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra respeitados os limites de amortização de cada ano safra conforme anexo abaixo referente às amortizações dos credores classe IV	Não Iniciado
Credores, Fornecedores Estratégicos - Créditos inferiores a R\$ 30.000,00	Em até um ano após a Homologação do PRJ	Não	Não	Não	-	-	09/10/20	-	Não Iniciado
Credores Fornecedores Estratégicos - Créditos superiores a R\$ 30.000,00	Sem Carência	Não Implícito	TR + 0,25% a.a.	Não	6	01/06/20	01/11/26	(i) os credores com crédito superiores ao valor de R\$ 30.000 terão os pagamentos efetuados sem carência de principal, em 6 parcelas, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra respeitando o fluxo de amortização em anexo (ii) os credores sujeitos a essa condição de pagamento podem optar pelo recebimento do crédito de acordo com a cláusula 10.2.1 (a mesma para os credores com créditos inferiores a R\$ 30.000), desde que notifiquem as recuperandas e ortolguem os valores que ultrapassem o valor de R\$ 30.000,00.	Não Iniciado

Plano de Recuperação Judicial							Valores aprovados conforme - PRJ				Participação %				
Composição da dívida - em milhares R\$							cláusula				2021				
Movimentação no período							8				2020				
Tipo de Credor	2020	Baixas	Habilitações	A. Monet	Realocação	2021	Participação %	Classificação	Cláusula	8	9.2	lização	Crédito total	20%	2021
Credores trabalhistas	330	(330)	-	-	-	-	-	Fornecedores de Mats e Servs	Cláusula 9.2	16	387	-	100.146	48,6%	403
Credores c/ garantia real	3.766	-	-	(3.766)	-	-	-	Fornecedores de Mats e Servs	EPP - ME	-	-	1.343	100.146	48,6%	1.343
Credores extraconcursal	23.297	(23.297)	-	-	-	-	-	Fornecedores de Cana-de-açúcar	EPP - ME	-	-	316	100.146	48,6%	316
Credores quirografários	108.648	(33.658)	-	1.292	76.282	3,38%	-	Fornecedores de Mats e Servs	Estratégicos	-	-	9.585	100.146	48,6%	9.585
Credores (EPP - ME)	1.659	(0)	-	-	1.659	1,23%	-	Fornecedores de Cana-de-açúcar	Estratégicos	-	-	12.152	12.152	5,9%	12.152
Credores estratégicos	21.752	(15)	-	-	21.737	16,18%	-	Partes Relacionadas	Quirografários	-	-	100.146	100.146	48,6%	100.146
Credores - Cláusula 8	-	-	1.307	-	349	1,65%	-	Total		1.656	4.642	71.739	125.381	2.704	
Credores - Cláusula 8.2	9.278	(1.149)	2	-	(8.131)	-0,00%	-								
Credores - Cláusula 9.2	-	(3.141)	-	-	7.783	4,64%	3,45%								
Credores-Partes relacionadas	100.146	-	-	-	-	100.146	74,52%								
Total	268.876	(61.591)	1.309	(2.473)	206.122	100,0%									

(i) Pagamentos realizados no período e transferência de R\$ 60.057 para sua coligada Agrícola Almeida Ltda conforme assunção de dívida; (ii) Créditos habilitados conforme ajuste no Programa de Recuperação Judicial.

Tipo de credores	Classificação	Cláusula 8	Cláusula 9.2	lização	Crédito total	20%	2021	Participação %
Fundos - Dívidas Bancárias	Garantia real	1.656	-	-	1.656	0,8%	1.656	0,8%
Fundos - Dívidas Bancárias	Quirografários	4.432	66.435	1.839	72.705	35,3%	72.705	35,3%
Outros credores	Quirografários	-	-	-	656	0,3%	656	0,3%
Fornecedores de Mats e Servs	Quirografários	-	-	-	698	0,3%	698	0,3%
Fornecedores de Cana-de-açúcar	Quirografários	-	-	-	1.349	0,7%	1.349	0,7%
Fornecedores de Cana-de-açúcar	Cláusula 9.2	194	4.918	-	5.112	2,5%	5.112	2,5%

27.1. Plano de Recuperação Judicial

	2021	2020
Credores - Trabalhistas	-	330
Credores - Garantia real	1.657	394
Credores - Quirografários	9.184	13.466
Credores - ME e EPP	1.374	1.659
Credores - Estratégicos	22.021	21.752
Credores - Partes relacionadas	100.146	100.146
Total	134.382	137.747

27.2. Outros créditos PRJ (Futuro aumento de capital)

	2021	2020
Instituições financeiras	66.434	127.117
Fornecedores de materiais e serviços	387	576
Fornecedores de cana/parcerias agrícolas	4.918	3.437
Total	71.739	131.130

Em 19/10/2020, foi procedida a Alteração e Rerratificação do Plano de Recuperação Judicial, para incluir a cláusula 9, sendo que os credores listados nas cláusulas 8.2 passarão a integrar a cláusula 9.2 do Plano de recuperação Judicial, os credores deste grupo, a seu exclusivo critério, optaram pelo recebimento integral de seus créditos, sendo que neste

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da Agroindustrial Vista Alegre S.A. - Em recuperação judicial Itapetitinga - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Agroindustrial Vista Alegre S.A. - Em recuperação judicial ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroindustrial Vista Alegre S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Prejuízos fiscais e base negativa registrados sem expectativa de geração de resultados futuros: Conforme Nota Explicativa nº 18, a Sociedade mantém registrado no ativo não circulante, montante referente a prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social oriundos de resultados operacionais negativos. A Sociedade apresenta incerteza quanto a expectativa de geração de resultados futuros tributáveis positivos suficientes para a compensação e utilização desses créditos tributários, sendo que o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no respectivo montante. Além disso, durante o processo de revisão das bases utilizadas para constituição dos ativos e passivos diferidos, identificamos que os valores apresentados de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social estão apresentados a maior em R\$ 36.667 mil. **Participação recíproca:** Conforme a Nota Explicativa nº 9.b, a Sociedade adquiriu, em 26 de janeiro de 2017, participação de 0,125% nas cotas da parte relacionada Agrícola Almeida Ltda., entretanto, na mesma data a Agrícola Almeida também adquiriu participação na Sociedade. Conforme previsto no artigo 244 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) esse tipo de operação é vedada entre empresas coligadas e controladas e caso seja efetuada importa em responsabilidade civil solidária dos administradores das entidades envolvidas, equiparando à compra ilegal das próprias ações. Até a data dessas demonstrações contábeis e da emissão desse relatório essa situação ainda não foi solucionada. Desta forma, não conseguimos mensurar os impactos dessa situação nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2021. BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de liquidação financeira da dívida, assim sendo os ganhos teriam que ser revertidos. Portanto o reconhecimento dos ganhos se dará definitivamente no momento da liquidação financeira da dívida, a antecipação do reconhecimento geraria efeitos tributários desnecessários. **28. Eventos subsequentes.** Em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitem divulgação. **29. Aprovação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Sociedade em 06/09/2022.

A DIRETORIA
Vergínio Brunelli Neto
Antônio Anastácio Soares Costa
Edson Crispe - Contador - CRC-ISP 134837/0-0



continuação

determinadas cláusulas restritivas presentes nos contratos envolvendo essas operações, deixando de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data-base das demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26. Consequentemente, em 31 de março de 2021 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 8.561 mil. **Registro da redução da dívida do Plano de Recuperação Judicial - PRJ:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, em 1º de setembro de 2017, a Sociedade e sua coligada Agrícola Almeida Ltda., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial conforme processo nº 1006126-28-2017.8.26.0269, cujo processamento foi deferido por decisão em 15 de setembro de 2017. Em decisão proferida em 07 de outubro de 2019 e publicação em 10 de outubro de 2019, homologou-se o Plano de Recuperação Judicial em conjunto das Sociedades, tendo sido aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em 23 de setembro de 2019. Além disso, conforme mencionado na nota explicativa nº 27.6, a Sociedade deixou de reconhecer as demais reduções nas suas respectivas dívidas homologadas no montante de R\$ 5.773 mil. No nosso entendimento, essas reduções deveriam ser registradas no resultado do exercício findo em 31 de março de 2021 como "receitas financeiras". O adequado reconhecimento dessas reduções geraria impactos tributários no montante de R\$ 268 mil. Dessa forma, em nosso entendimento, o passivo não circulante está apresentado a maior em R\$ 5.773 mil, o passivo circulante a menor em R\$ 451 mil e o resultado a menor em R\$ 5.504 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1.3 que menciona que a Sociedade requereu em 1º de setembro de 2017, sendo deferido em 15 de setembro de 2017, o processo de Recuperação Judicial. O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi aprovado pelos credores conforme assembleia realizada em 23 de setembro de 2019, e homologado em 07 de outubro de 2019, sendo necessário para a continuidade operacional da Sociedade. Ressaltamos que as demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a uma entidade em continuidade normal dos negócios. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto que as operações da Sociedade gerarão recursos suficientes para saldar os compromissos e obrigações de longo prazo, bem como realizar os investimentos necessários para continuar operando, portanto, não incluem quaisquer ajustes relativos a realização e a classificação dos ativos ou dos passivos registrados que seriam requeridos na impossibilidade de a Sociedade continuar operando. Consequentemente, não pudemos concluir sobre a necessidade ou não de eventuais ajustes ou divulgação nas notas explicativas em relação aos saldos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2021. **Ênfases:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Sociedade mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre elas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.(c) itens: (i) Em 23 de agosto de 2018, a Sociedade efetuou transferência para sua parte relacionada **Motocana Máquinas e Implementos Ltda.**, o montante de R\$ 520 mil referente a parcela de Prejuízo Fiscal e Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para amortização de débitos incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) conforme lei nº 13.496/2017 e (ii) Em contra partida a transferência de créditos fiscais foi reconhecido o direito de recebimento do crédito correspondente no montante de R\$ 177 mil conforme instrumento particular de mútuo de créditos fiscais convencionado entre as partes datado de 23 de agosto de 2018 com vencimento para 23 de agosto de 2021. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 15 de setembro de 2022.

BDO RCS
Audidores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador
CRC 1 SP 262247/O-8

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Agroindustrial Vista Alegre S.A. (Em recuperação judicial)

CNPJ/MF nº 44.836.856/0001-77

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Agroindustrial Vista Alegre S.A. (em recuperação judicial), vem apresentar a V.Sas. O Balanço Patrimonial encerrado em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras para o período findo em 31/03/2019 são apresentadas para efeito comparativo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários, ficamos a disposição dos Senhores Acionistas em nossa sede social na Fazenda Vista Alegre, Bairro Pinhal s/n, no Município de Itapetininga-SP, no qual encontram-se arquivadas as demonstrações financeiras completas.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 2019 (Em Reais exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ativo	Nota	2020	2019	Capital social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial/custo atribuído	Total
Circulante		13.301	12.141	70.189	159	(114.728)	51.129	6.749
Caixa e equivalentes de caixa	4	25	634	-	-	716	(716)	-
Contas a receber	5	380	310	-	-	-	243	243
Estoques	6	9.457	7.989	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.724	2.452	-	-	-	3.021	3.021
Outras contas a receber		715	756	-	-	-	4.247	4.247
Não circulante		372.743	378.255	70.189	159	(106.744)	50.656	14.260
Partes relacionadas	8	81.224	85.642	-	-	-	696	696
Impostos e contribuições a recuperar	7	242	203	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	18	23.169	22.149	-	-	-	1.191	1.191
Depósitos judiciais	17	3.372	3.178	-	-	-	637	637
Outras contas a receber		1.169	1.169	-	-	-	-	-
Investimentos em outras sociedades	9	195	195	-	-	-	-	-
Imobilizado	10	262.935	265.271	-	-	-	-	-
Intangível		437	448	-	-	-	-	-
Total do ativo		386.044	390.396	70.189	159	(104.220)	50.195	16.324
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante		37.763	236.058					
Empréstimos e financiamentos	11	761	171.023					
Fornecedores	12	4.785	37.955					
Obrigações sociais	13	3.428	3.259					
Obrigações fiscais	14	10.687	10.370					
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	15	5.300	3.311					
Adiantamentos de clientes	16	9.309	10.128					
Plano de recuperação judicial (PRJ)	27	3.418	-					
Outras contas a pagar		75	12					
Não circulante		331.957	140.078					
Empréstimos e financiamentos	11	7.588	-					
Partes relacionadas	8	37.494	124.608					
Partes relacionadas - PRJ	27	100.146	-					
Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	15	12.541	11.135					
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	17	3.356	4.073					
Provisão para perdas sobre investimentos	9	309	262					
Plano de recuperação judicial (PRJ)	27	34.183	-					
Outros créditos PRJ (Futuro aumento de capital)	27	131.130	-					
Resultado de exercícios futuros (PRJ)	27	5.210	-					
Patrimônio líquido		16.324	14.260					
Capital social		70.189	70.189					
Reserva de reavaliação		159	159					
Ajuste de avaliação patrimonial		50.196	50.656					
Prejuízos acumulados		(104.220)	(106.744)					
Total do passivo e do patrimônio líquido		386.044	390.396					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional. A Agroindustrial Vista Alegre S.A. ("Sociedade" ou "Vista Alegre"), com Sede na Fazenda Vista Alegre em Itapetininga, Estado de São Paulo, dedica-se à produção, comercialização e exportação de açúcar, etanol, aguardente e demais produtos de cana-de-açúcar e atua como representante e agente para: • Produção e comercialização de açúcar, álcool e outros produtos extraídos da cana-de-açúcar; • Produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo e vapor de descarga com cogeração de energia elétrica; • Importação e exportação de produtos relacionados às suas atividades (insumos agrícolas) e como exportadora comercial de etanol, etanol e açúcar; • Comercialização de combustível. 1.1. **Situação financeira e planos da Administração.** A Agroindustrial Vista Alegre foi afetada pelas recorrentes crises do setor de açúcar e etanol do nosso país, decorrente (i) das adversidades climáticas (geadas nos anos de 2011 e 2016 e seca em 2014), em uma série de condições meteorológicas inesperadas e consecutivas que impossibilitou a recuperação na safra seguinte do que foi perdido na safra anterior e fez com que as perdas se acumulassem exponencialmente; (ii) da consequente redução da área plantada e, por conseguinte, da moagem; (iii) do crescimento do custo da mão-de-obra; (iv) da intervenção do governo brasileiro no preço da gasolina, e, como consequência, a manutenção do preço do etanol em patamares inferiores ao custo de produção; e (v) da queda do preço do açúcar no mercado externo, acompanhando o movimento descendente de preços das commodities. Nesse contexto, fez-se necessário que a Vista Alegre tomasse elevados empréstimos de recursos em moeda nacional e estrangeira junto a bancos, o que colaborou significativamente para o aumento do seu endividamento. Em meio a essa conjuntura financeira delicadíssima e sem acesso a novas linhas de crédito e tentando se soerguer através de sua própria geração de caixa, a situação se agravou irreversivelmente em consequência de decisão judicial proferida nos autos da ação de execução movida pelos Bancos Santander, Bradesco e Itaú (processo nº 1107454-91.2015.8.26.0100), que determinou a penhora sobre 45% da produção de álcool e açúcar da usina, o que culminou no inevitável pedido de recuperação judicial. 1.2. **Plano de reestruturação operacional.** A Sociedade por meio de sua Diretoria, desenvolveu um plano de reestruturação financeira operacional visando à lucratividade necessária para permitir os pagamentos da sua dívida: **Administrativa financeira.** • Reestruturação da dívida de modo que a geração de caixa da Sociedade permita os seus pagamentos; • Dação em pagamento de imóveis não operacionais pertencentes a outras empresas do grupo; • Redução das taxas de juros sobre o endividamento reestruturado; • Na sua Sociedade coligada Agrícola Almeida Ltda., investimentos no plantio de cana-de-açúcar de modo a otimizar a capacidade de produção ora ociosa. 1.3. **Recuperação Judicial.** Em 01/09/2017, a Sociedade e sua Coligada Agroindustrial Vista Alegre S.A. ajuizaram pedido de Recuperação Judicial conforme processo nº 1006126-28-2017.8.26.0269, cujo processamento foi deferido por decisão deferida em 15/09/2017. O pedido de recuperação judicial representou um passo importante no projeto de reestruturação e superação da crise econômico-financeira enfrentada pelas Sociedades e tem por intuito proteger o valor de seus ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses de seus credores e, realizar medidas que objetivam a geração de fluxo de caixa operacional necessário ao pagamento da dívida reestruturada, e principalmente à geração de capital de giro e de recursos necessários para a continuidade de suas atividades devidamente dimensionadas para a nova realidade da Agrícola Almeida Ltda. Em decisão proferida em 07/10/2019 e publicação em 10/10/2019, homologou-se o Plano de Recuperação Judicial em conjunto das Sociedades (PRJ), tendo sido aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em 23/09/2019. A administração da Sociedade vem cumprindo o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). **Resumo do plano de recuperação judicial aprovado:** Os credores foram divididos por natureza sendo classificados em: • Credores trabalhistas; • Credores com garantia real (instituições financeiras); • Credores quirografários (fornecedores e instituições financeiras); • Credores fiscal e extraconcursal. Apresentamos a seguir a composição do saldo passivo do Plano de Recuperação Judicial em 31/03/2020, por natureza de credores:

Tipo de Credor	31/03/2020		10/10/2019		31/03/2019		Participação em %
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem	
Credores trabalhistas	330	-	330	-	0,001	-	
Credores c/ garantia real	4.159	42	4.201	4,979	0,015	-	
Credores extraconcursais	23.297	-	23.297	34,176	0,087	-	
Credores quirografários	113.272	1.035	114.307	581,717	0,421	-	
Credores (EPP - ME)	1.659	-	1.659	1,259	0,006	-	
Credores estratégicos	21.752	-	21.752	-	0,081	-	
Credores - Cláusula 8.2 (i)	4.261	31	4.292	-	0,016	-	
Credores - Partes relacionadas	100.146	-	100.146	-	0,372	-	
Fiscal	-	-	-	42.070	-	-	
Total	268.876	1.108	269.984	664.201	100,0	-	

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis. 2.1. **Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e aos pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão. 2.2. **Bases de elaboração.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma. 2.4. **Uso de estimativa e julgamento.** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício contábil estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação da vida útil do ativo imobilizado, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e a elaboração de projeções para realização dos créditos de IRPJ e CSLL diferidos e outros ativos não circulantes. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. **Principais práticas contábeis.** O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: 3.1. **Conversão de saldos em moeda estrangeira.** Os saldos de ativos e passivos decorrentes de operações em moeda estrangeira são convertidos para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e do encerramento do exercício são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. 3.2. **Ativos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade é parte das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros.** Classificados nas seguintes categorias: ao valor justo por meio de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. i) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio de lucros e perdas quando adquiridos. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: • For adquirido principalmente para o propósito de venda no curto prazo; • For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



reconhecida é revertida por meio de lucros e perdas, limitada ao que teria sido o valor do custo amortizado se o "impairment" não tivesse sido reconhecido. **Baixa de ativos financeiros.** A Sociedade baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando a Sociedade transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para um terceiro. Se a Sociedade não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade e continua a controlar o ativo transferido, reconhece a participação sobre o ativo e um respectivo passivo com base nos montantes que terá de pagar ao terceiro. Se a Sociedade retém todos os riscos e retornos sobre a propriedade de um ativo financeiro transferido, a Sociedade continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos. **3.3. Estoques.** Mensurados pelo custo de aquisição e/ou produção, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar são registrados ao custo e acrescidos, quando aplicável, dos encargos acordados contratualmente. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, para perdas na realização dos adiantamentos a fornecedores, são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Investimentos.** Os investimentos são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as demonstrações contábeis das empresas investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Sociedade. **3.5. Imobilizado.** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção e acrescido ao seu valor de recuperação, quando necessário. Em 31/03/2010, a Sociedade optou por registrar o valor justo dos seus bens do ativo imobilizado tendo como contrapartida desta atualização a conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 10. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço e o efeito de quaisquer mudanças nessas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Sociedade Agroindustrial Vista Alegre tem apresentado uma capacidade ociosa das suas instalações industriais da ordem de 50% e em especial a sua unidade de cogeração de energia elétrica a partir do bagaço de cana-de-açúcar que apresenta uma ociosidade de mais de 85%. Considerando o exposto acima, a Administração da Sociedade optou, a partir do ano-safra 2016/2017, por revisar a vida útil das suas máquinas, equipamentos industriais, agrícolas, veículos e equipamentos de transportes, considerando que a constante manutenção das máquinas e equipamentos agrícolas, que a atividade sucroalcooleira requer, prolonga a vida útil destes bens. Gastos com manutenção que impliquem prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas, quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos de cada contrato de arrendamento. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor líquido contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.6. Custo de empréstimos.** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **3.7. Redução ao valor recuperável de ativos.** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que sofreram alguma desvalorização. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo e o contábil, diminuído dos custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor do que seu valor contábil, o valor contábil (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Para os exercícios findos em 31/03/2020 e de 2019, não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável. **3.8. Passivos financeiros. Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio.** Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como capital social de acordo com a essência do acordo contratual. A Sociedade não possui instrumentos de patrimônio. **Passivos financeiros.** Classificados pelo valor justo por meio de lucros e perdas ou como outros passivos financeiros. **Passivos financeiros ao valor justo por meio de lucros e perdas.** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio de lucros e perdas quando o passivo financeiro é mantido para negociação ou quando designado ao valor justo por meio de lucros e perdas. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: • For adquirido principalmente com propósito de recompra no curto prazo; • For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; • For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de "hedge" efetivo. Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados ao valor justo por meio de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente a variação na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir; • O passivo financeiro compor parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros, ou de ambos, e cujo desempenho seja avaliado com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade e as informações sobre esse grupo de ativos sejam fornecidas nessa base internamente; • Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e permitir que o contrato combinado com um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio de lucros e perdas. • Passivos financeiros ao valor justo por meio de lucros e perdas são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos em lucros e perdas. Os ganhos ou perdas líquidas reconhecidas em lucros e perdas incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. **Outros passivos financeiros.** Representados pelos fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, com as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento efetivo. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor. **Baixa de passivos financeiros.** A Sociedade baixa os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.9. Provisão para ajuste do preço da cana.** A cana-de-açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de Açúcar Total Recuperável (ATR). O fator de ATR é calculado pela Sociedade de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Sociedade, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na Rubrica "Fornecedores". **3.10. Provisões.** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar uma obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos fiscais civis e trabalhistas, especificamente, está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Sociedade e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no não circulante. **3.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até a data do balanço, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. **3.12. Arrendamentos.** Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente todos os riscos

e benefícios inerentes à propriedade do bem objeto do referido contrato foram registrados no imobilizado como contrapartida de financiamentos, pelo montante igual ao valor justo do bem arrendado ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.13. IRPJ e CSLL.** A despesa com IRPJ e CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes.** A provisão para IRPJ é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240. A CSLL é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos.** Constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados o IRPJ e a CSLL diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros. O IRPJ e a CSLL correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **3.14. Reconhecimento da receita.** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a empresa, (iii) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (iv) os custos incorridos ou a incorrer podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. Os fretes sobre vendas são registrados como despesa de venda. **3.15. Apuração do resultado.** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **3.16. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicáveis às demonstrações contábeis.** Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Sociedade. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo: • **IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.** A nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre

8. Saldos e transações com partes relacionadas.

	Agropecuária Almeida Ltda	Indústria de Bebidas Reunidas Tatuinho 3 Faz. Ltda.	Talavus Consultoria e E P Ltda.	Cachaça Ind. e Comércio Bebidas Ltda.	União Brasil Particip. Ltda.	Black Rubber Artef. De Borracha Ltda.	Motocana Máquinas e Implem. Ltda.	Total	Total
	(a)	(a/b)	(b)	(b)	(b)	(b)	(a/b)	-	-
Saldos:									
(a) Ativo não circulante adiantamento a fornecedores de cana e outros créditos	20.004	-	-	-	-	-	-	20.004	24.426
	20.004	4	61.216	-	-	-	-	61.220	61.216
(b) Passivo não circulante - empréstimos	-	-	7.250	9.690	15.200	4.254	46	1.054	37.494
	-	-	7.250	9.690	15.200	4.254	46	1.054	124.608

(a) Sobre as transações com as empresas relacionadas: • Black Rubber e Motocana Máqs. e Implementos Ltda, não incorrem juros; • Agrícola Almeida Ltda., refere-se a adiantamentos por conta de entrega futura de cana-de-açúcar conforme contratos de parcerias, a qual mantém lavouras de cana-de-açúcar para venda exclusiva à Sociedade; • Indústria de Bebidas Reunidas Tatuinho 3 Fazendas Ltda, refere-se a cessão de créditos fiscais (Prejuízos Fiscais e Base de cálculo negativa da CSLL), conforme contratos assinados entre as partes em conformidade com Lei nº 13.496 (PERT). O saldo mantido com a Agrícola Almeida será realizado pelos investimentos feitos em plantio de cana na agrícola, na expansão e melhoria da qualidade dos canaviais e modernização do parque fabril, consequentemente para a safra 2020/2021, observou-se os seguintes: redução na produção de Etanol (44,3%), aumento na produção de Açúcar 208,1% e aumento na exportação de Energia Elétrica em 10,1%, conforme quadro a seguir:

	Volume em produção	Unidade	previsto	saíra de 2019/2020
Cana de açúcar	680.000	ton.	5,29%	
Açúcar	52.430	ton.	208,1%	
Etanol	21.725	m³	(44,3%)	
Energia elétrica	29.450	MW/h	10,1%	

(b) Essas entidades mantêm o acionista controlador em comum. As transações com a Tavares de Almeida Participações S.A., Black Rubber Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha Ltda., Cachaça Brasileira Ind. e Com. de Bebidas S.A., União Brasileira Participações e Representação Ltda., Motocana Máquinas e Implementos Ltda. e Tatre Administração e Participações Ltda. não incorrem juros. **Remuneração do pessoal-chave da Administração.** A Sociedade não mantém diretores remunerados. **9. Investimentos em outras sociedades. (a) Informações sobre os investimentos.**

	31/03/2020	
	Participação no capital social (%)	Prejuízo do exercício
Agrícola Almeida Ltda. (*)	500	500
(a) Ações AA – Ações Ordinárias Nominativas. (*) Participação adquirida em 26/01/2017. (b) COMBINAÇÃO de negócios. Em 26/01/2017, a Sociedade assinou um Instrumento Particular de Compra e Venda de quotas, onde a Sra. Gilberta Santos Almeida, possuidora de 500 (quinhentas) quotas do capital social de emissão da Agrícola Almeida Ltda., vende a Sociedade sua participação por R\$ 1,00 real. (c) Movimentação dos investimentos no exercício.	0,125	(36.507)

	Prov. para perdas	Investimentos em outras sociedades	Imobilizado em andamento	Total
Agrícola Almeida Ltda.	(262)	195	-	195
Resultado de participações societárias	(47)	-	-	(47)
Saldos finais de investimentos	(309)	195	-	195
10. Imobilizado				
	Edificações	Equipamentos e instalações	Veículos, tratores e implementos	Computadores e periféricos
	Depreciação			
Custo				
Saldos em 31/03/2018	51.416	374.420	3.398	1.035
Adições	-	-	-	1.116
Transferências	340	-	17	8
Baixas/vendas	(40)	-	(1)	(41)
Saldos em 31/03/2019	51.416	374.720	3.398	1.042
Depreciação	(9.672)	(150.191)	(3.003)	(725)
Saldos em 31/03/2018	(364)	(2.779)	(79)	(28)
Adições	-	-	-	(64)
Baixas	19	-	-	-
Saldos em 31/03/2019	(10.036)	(152.951)	(3.082)	(753)
Saldos em 31/03/2019	41.380	221.769	316	828
Adições	-	-	-	1.096
Transferências	165	1.474	70	8
Baixas/vendas	-	(77)	(28)	-
Saldos em 31/03/2020	51.581	376.194	3.391	1.050
Depreciação	(10.036)	(152.951)	(3.082)	(753)
Saldos em 31/03/2019	(365)	(2.888)	(69)	(27)
Adições	60	27	-	-
Baixas	-	-	-	-
Saldos em 31/03/2020	(10.401)	(155.839)	(3.092)	(753)
Taxas de depreciação (média ponderada a.a.)	0,71%	0,77%	2,05%	1,74%
Provisão para redução no valor recuperável.				
Saldos em 31/03/2020	41.180	220.355	299	801
Taxas de depreciação (média ponderada a.a.)	0,71%	0,77%	2,05%	1,74%
Provisão para redução no valor recuperável.				
Saldos em 31/03/2020	41.180	220.355	299	801

em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração procedeu na avaliação de todos os contratos de parceria agrícola/arrendamento de terras a fim de identificar a existência de contratos que devesses ter o reconhecimento amparados pela norma e concluiu que não há impactos significativos ou necessidade de divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação da nova norma. **4. Caixa e equivalente de caixa.**

	31/03/2020	31/03/2019
Caixa e saldos bancários	25	634
	25	634
5. Contas a receber	31/03/2020	31/03/2019
Mercado intercorrente	380	310
	380	310

Em 31/Mar, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
A vencer	360	290
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-
Vencidos há mais de 360 dias	20	20
	380	310

6. Estoques

	31/03/2020	31/03/2019
Etanol	19	70
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar	921	1.453
Insumos, matérias auxiliares e produtos em elaboração	149	135
Materiais diversos de manutenção	400	435
Combustíveis e lubrificantes	120	89
Custos de manutenção de entressafra	7.848	5.807
	9.457	7.989

O saldo de adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar está classificado de acordo com a expectativa do recebimento de cana-de-açúcar daqueles fornecedores. Estes adiantamentos contemplam operações representadas exclusivamente por parcerias agrícolas e têm sua expectativa de realização vinculada à produção de cada propriedade dos parceiros. As despesas referentes à safra seguinte referem-se ao cultivo e à manutenção do parque industrial fora da temporada, que serão amortizadas no decorrer do período de colheita da respectiva safra. **7. Impostos e contribuições a recuperar.** O saldo é composto como segue:

	31/03/2020	31/03/2019
IRPJ e CSLL - IRPJ e CSLL	1.141	1.385
IRRF - IRPJ Retido na Fonte	1	3
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados	117	95
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	248	231
ICMS sobre ativo imobilizado	139	234
PIS e COFINS	838	234
Reintegra (exportações)	376	-
Outros	106	473
	2.966	2.655
Circulante	2.724	2.452
Não circulante (a)	242	203
(a) Os saldos classificados como não circulantes referem-se a créditos na compra de ativo imobilizado (ICMS - CIAP).		

	2020	2019
Moeda nacional Finame	Encargos financeiros incidentes	2020
Cesta de moedas + 5,30% a.a.	-	3.770
Fixa de 4,5 a.a.	-	25.900
Variação da TJLP + 4,50% a 7,50% a.a.	-	33.883
Capital de giro	CCB - CDI + 0,35% a 1,80% a.m.	761
	CCE - CDI + 0,41% a 0,80% a.m.	7.588
		8.349
Circulante		761
Não circulante		7.588
		8.349

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de bens e avais de acionistas. Parte significativa desses contratos contém condições financeiras cuja inobservância tem como penalidade o vencimento antecipado dos contratos. Caso pertença à Sociedade realiza a reclassificação do financiamento e empréstimos dos contratos, que passam de não circulantes a circulantes, caso haja cláusulas que não tenham sido observadas. Em 31/03/2020 e de 2019, a Sociedade estava inadimplente em certas exigências de condições contratuais financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos, incluindo determinadas execuções que estavam em andamento de contratos que montam ao valor de R\$ 8.348 (R\$ 171.023 em 2019). Os inadimplimentos dessas condições tinham relação, principalmente, com limites de endividamento e capacidade produtiva, entretanto a maior parcela da dívida no montante de (R\$ 7.588) está sendo discutida judicialmente, cujos advogados que representam a Sociedade afirmam que a solução de tais processo terão suas decisões definitivas a longo prazo. **Assunção de dívidas.** Tendo em vista que, a Agroindustrial Vista Alegre S.A. possuía créditos referentes a adiantamentos de numerários para o fornecimento de cana-de-açúcar, junto à parte relacionada Agrícola Almeida Ltda., e por outro lado a Agroindustrial Vista Alegre S.A., possuía dívidas bancárias, em parte acumuladas pelo financiamento à Agrícola Almeida Ltda. Assim, As Sociedades resolveram de comum acordo que a sua relacionada Agrícola Almeida Ltda., assumisse parte dos financiamentos bancários da Agroindustrial Vista Alegre S.A., no montante total demonstrados a seguir: (i) Em 31/03/2016 créditos no valor total de R\$ 272.628 e dívidas bancárias no valor total de R\$ 244.838, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Dados		Valor inicial Saldo	
	Inicial	vencto	US\$	Taxa US\$
PPE	14/12/09	28/11/14	20.000	1.6630
PPE	03/01/11	30/10/15	22.850	1.6630
PPE	10/02/09	31/12/14	12.600	1.7700
PPE	27/02/12	14/01/13	6.187	1.7436
PPE	28/01/11	05/01/16	10.000	1.6715
PPE	02/03/11	17/01/16	8.000	1.6560
PPE	26/08/09	04/08/14	5.000	1.8830
Total			84.637	143.726
(ii) Em 28/12/2018 créditos no valor total de R\$ 116.681 e dívidas bancárias no valor total de R\$ 98.703, conforme demonstrado a seguir:				
Modalidade	Dados		Valor original Saldo	
	Captação	vencto	Banco	28/12/2018
BNDS-				
Cogeração	"Anexo 1"		Banco do Brasil S/A	19.901
CCB/FINEM	"Anexo 1"		Banco do Brasil S/A	4.189
Capital Giro	"Anexo 1"		Banco do Brasil S/A	2.742
CCE-Ponte	"Anexo 1"		Banco do Brasil S/A	23.333
ACC	"Anexo 1"		Banco do Brasil S/A	14.686
CCB	"Anexo 1"		BPN Brasil Bco. M Ultiplo S/A	13.148
CCB	"Anexo 1"		Banco Sicob S/A	2.995
Total Geral			80.994	98.703
(iii) Em 04/10/2019 créditos no valor total de R\$ 26.012 e dívidas bancárias no valor total de R\$ 24.736, conforme demonstrado a seguir:				
Modalidade	Dados		Valor original Saldo	
	Captação	vencto	Banco	28/12/2019
BNDS-				
Cogeração	"Anexo 1"		Banco Itaú S/A	19.901
Capital Giro	"Anexo 1"		Banco Santander Brasil S/A	2.041
Capital Giro	"Anexo 1"		Banco Bradesco	2.800
Total Geral			24.742	24.736

Os vencimentos originais dos empréstimos contratados ocorrem de acordo com tabela a seguir descrito:

	2020	2019
2017	-	123.081
2019	-	33.212
2020	8.349	-
2021	-	14.730
	8.349	171.023
2020	2020	2019
Cana-de-açúcar e insumos	1.613	

continuação

	2020	2019
A vencer	1.540	9.062
Vencidos até 30 dias	147	32
Vencidos entre 31 e 90 dias	69	81
Vencidos entre 91 e 180 dias	1.526	1.134
Vencidos entre 181 e 360 dias	99	201
Vencidos há mais de 361 dias	1.404	27.445
13. Obrigações sociais	4.785	37.955

	2020	2019
Salários a pagar	360	340
Encargos sociais sobre folha de pagamento	1.305	1.310
Férias e 13º salário a pagar	716	726
Encargos sobre férias e 13º salário	220	226
Funrural a pagar	128	124
CSLL de 10% sobre saldo de FGTS	211	-
Outras obrigações sociais	488	533
	3.428	3.259

	2020	2019
14. Obrigações fiscais	10.687	10.370
IRPJ Retido na Fonte (IRRF)	41	41
Imposto Sobre Prestação de Serviços (ISS)	1.366	1.230
PIS e COFINS	1.558	1.514
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	7.710	7.579
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	12	6

	2020	2019
15. Parcelamentos de tributos e obrigações sociais	17.841	14.446
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	6.411	6.622
FGTS	365	481
Parcelamento – REFIS – Lei nº 12.996	3.517	3.720
Parcelamento – Lei 10.522/02 – Recup Judicial	1.579	1.710
Parcelamento – Lei 10.522/02 – INSS (RFB/PGFN)	4.224	1.913
Parcelamento – Multas ANP	90	-
Parcelamento - Lei 10.522/02 – Pis/Cofins - RFB	1.655	-
Circulante	5.300	3.311
Não circulante	12.541	11.135

Em 31/10/2017, a Sociedade optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais mediante adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária da Lei nº 13.496, com aproveitamento dos benefícios da referida lei, com redução de multas, juros, honorários e também a utilização de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL para amortização do saldo devedor consolidado. Para os débitos não incluídos no PERT, a Sociedade aderiu ao parcelamento da Lei nº 10.522/2002, que é oferecido às empresas que estão em recuperação judicial, em 84 parcelas mensais. Os saldos dos parcelamentos têm a seguinte composição de vencimentos:

	R\$
2020 a 2022	11.447
2023 a 2025	5.101
2026 a 2029	1.293
	17.841

	2020	2019
16. Adiantamentos de clientes	9.309	10.128
Crédito de clientes (i)	4.702	2.695
Venda de energia para entrega futura (ii)	4.607	7.433

(i) O saldo de adiantamento corresponde a contratos firmados com clientes do mercado interno para comercialização de etanol e açúcar VHP, cujos montantes a serem comercializados estão vinculados a esta operação; (ii) Trata-se de faturamento antecipado de energia elétrica e Etanol para entrega futura cuja realização será na safra 2020/2021. **17. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** A Sociedade é parte em processos trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores legais externos. A Sociedade tem provisionado, em 31/03/2020, valores em face de processos cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 3.356 e em 2019 no montante de R\$ 4.073. Em 31/03/2020, esses processos referiam-se basicamente a processos trabalhistas, no montante de R\$ 517. Adicionalmente a Sociedade é parte em processos tributários, trabalhistas e cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificadas como risco possível pelos seus assessores jurídicos, para os quais não foram constituídas provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Em 31/03/2020, os processos trabalhistas e cíveis classificados como de risco possível de perda representam R\$ 40.383 (R\$ 38.085 em 31/03/2019), tendo como principais processos execuções fiscais e execução de títulos extrajudicial do pool de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil S.A. A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é como segue:

	2021	Adições/baixas	2020
Riscos trabalhistas	3.423	(2.907)	517
Riscos cíveis	650	2.190	2.840
	4.073	(717)	3.356

Os processos estão relacionados principalmente a reflexos trabalhistas, horas extras e acidentes de trabalhos, avaliados como de perda provável pelos assessores da Sociedade e que foram depositados judicialmente no montante de R\$ 270 em 31/03/2020 (R\$ 266 em 31/03/2019). Há também depósitos judiciais tributários oriundos de bloqueios no montante de R\$ 3.102 em 31/03/2020 (R\$ 2.912 em 31/03/2019).

	2020	2019
Depósitos judiciais	3.372	3.178
Trabalhistas	270	266
Tributários	3.102	2.912
Bloqueios judiciais	-	-

18. IRPJ e CSLL diferidos. a) Natureza e expectativa de realização do IRPJ e da CSLL diferidos. O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes de 25% para IRPJ e 9% para CSLL, perfazendo 34%, conforme a seguir:

	2020	2019
Ativos	55.696	54.284
Prejuízo fiscal e base de contribuição negativa	55.696	54.284

	2020	2019
Passivos	23.169	22.149
Reserva de reavaliação	(88)	(89)
Diferenças temporárias de depreciação (i)	(6.580)	(5.951)
Custo atribuído sobre imobilizado	(25.859)	(26.095)
	(32.527)	(32.135)

Diferido líquido registrado no ativo
(i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a diferença entre a depreciação fiscal e societária. b) **Período estimado de realização dos créditos tributários.**

	2020	2019
2020/2021 a 2023/2024	2.935	2.935
2024/2025 a 2027/2028	3.074	3.074
2028/2029 a 2030/2031	3.851	3.851
2031/2032 a 2033/2034	13.309	13.309
	23.169	22.149

c) Reconciliação do IRPJ e da CSLL para a taxa nominal

	2020	2019
Lucro antes Imposto Renda e CSLL	97	6.996
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito / débito tributário sobre alíquota nominal	33	2.379
	2020	2019

Adições
Realização do custo atribuído e reavaliação
Outras adições (contingências)
Reversão (multas e juros – REFIS)
Resultado negativo de equivalência patrimonial
Transf. de PF e BNCS (PERT) empresas ligadas – Lei 13.496 PERT (i) -
CSLL sobre o Lucro Líquido
Despesas indevidas

Exclusões
Reversão provisão de contingências
Cessão de créditos fiscais para empresas ligadas Lei 13.496 PERT (ii) -
Redução (multas, juros e honorários) Lei nº 13.496/2017 (PERT) -
Ajuste da depreciação (contábil x fiscal)
Efeito tributário reconhecido no resultado

(i) Em 23/08/2018, a Sociedade efetuou transferência para sua parte relacionada **Motocana Máquinas e Implementos Ltda.**, o montante de R\$ 520 referente a parcela de Prejuízo Fiscal e Base negativa da CSLL sobre o Lucro Líquido, para amortização de débitos incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) conforme lei nº 13.496/2017; (ii) Reconhecimento do ganho com cessão de créditos fiscais, no montante de R\$ 177 conforme instrumento particular de transferência de créditos fiscais convencionado entre as partes datado de 23/08/2018 com vencimento para 23/08/2021. **19. Patrimônio líquido:**

	Ações ordinárias em	
	31/03/2020	31/03/2020
Tavares de Almeida Participações S.A.	299.500	299.500
Agrícola Almeida Ltda	33.833	33.833
	333.333	333.333

b) Ajuste de avaliação patrimonial: Conforme Nota Explicativa nº 10, a Sociedade incorpou ao seu ativo imobilizado o custo atribuído durante o exercício findo em 31/03/2011. Os valores estão líquidos dos efeitos tributários. **c) Ajuste de exercícios anteriores:** A Sociedade realizou determinadas adequações de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido, ou sejam em desacordo com o previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro que exige que essas alterações sejam representadas nas demonstrações contábeis comparativas, incluindo seus possíveis impactos tributários, que não foram mensurados e não estão sendo divulgados. Os ajustes que impactam diretamente o patrimônio líquido são os seguintes: • **Atualização monetária sobre saldo mantidos com coligadas** no montante de R\$ 141 referente ao período de 2013 a 2015, por conta da adesão ao Plano de Recuperação Judicial, homologado em 07/10/2019 e publicado em 10/10/2019; • **Ressarcimento extemporâneo de créditos de Pis e Cofins** conforme Lei no 10.637/2002 e 10.833/2003, calculados em relação a bens e serviços utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados a comercialização, referente ao período de 2014 a 31/03/2019 no montante de R\$ 1.332

	2020	2019
20. Receita operacional líquida	106.792	114.231
Receita líquida de vendas	115.598	124.573
Açúcar	15.708	25.593
Etanol	79.454	64.065
Energia elétrica	11.598	24.573
Outros produtos	32	-

	2020	2019
21. Custos e despesas por natureza	97.934	105.575
Consumo de matéria-prima e insumos	(60.438)	(54.015)
Salários, encargos e benefícios	(11.433)	(11.787)
Material de uso e consumo	(4.010)	(3.987)
Depreciação e amortização	(2.868)	(2.915)
Serviços de terceiros	(11.278)	(11.699)
Energia elétrica e água	(931)	(1.440)
Despesas com comunicação	(95)	(102)
Contingências trabalhistas e cíveis	(2.190)	(1.046)
Despesas legais, jurídicas e tributárias	(2.282)	(2.051)
Custo de aquisição de energia para revenda	(3.122)	(5.626)
Outros custos e despesas	(474)	(343)
Ganhos/Perdas com programas de parcelamentos – RFB	-	(707)
Outras despesas operacionais líquidas (a)	3.551	(439)
Total	(95.570)	(96.157)

(a) **A variação refere-se substancialmente a:** (i) **Contingências trabalhistas:** Receita com reversão de provisões de contingências trabalhistas no montante de R\$ 2.906; (ii) **Outras receitas operacionais:** Receitas com ganhos obtidos na redução dos empréstimos bancários, conforme habilitações de instituições financeiras no Plano de Recuperação Judicial homologado em 07/10/2019 no montante de R\$ 291. (iii) **Outras receitas:** Receita com vendas de produtos diversos, receitas diversas e vendas do ativo imobilizado no montante de R\$ 354. **22. Resultado financeiro líquido**

	2020	2019
Rendimento de aplicações financeiras	-	21
Variação monetária ativa	-	7
Outras receitas financeiras	8	73
Receitas financeiras	8	101
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(467)	(305)
Despesas com comissões bancárias	(109)	(109)
Juros de mora	(59)	(57)
Juros e multas sobre impostos pagos em atraso	(991)	(1.157)
Juros com fornecedores	-	(88)
Variação monetária passiva	(506)	(630)
Outras despesas financeiras	(156)	(123)
Despesas financeiras	(2.297)	(2.469)
Variação cambial ativa	389	736
Variação cambial passiva	(320)	(754)
Variação cambial líquida	69	(18)
	(2.220)	(2.386)

23. Instrumentos financeiros. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação de seu potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **23.1. Gestão de risco de capital.** A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os resultados acumulados. Sistemáticamente, a Administração revisa a estrutura de capital e analisa sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são: salvaguardar a capacidade de solvência e a continuidade das operações, além de manter uma estrutura de capital possível para reduzir custo e maximizar os recursos a serem aplicados nos negócios existentes. Dessa forma a Sociedade vem mantendo negociações com o pool de bancos que financiou seu projeto de ampliação e de cogeração no sentido de adequar o custo e o fluxo de pagamentos do seu endividamento de acordo com a sua geração de caixa. Além disso, a Sociedade está em fase de negociação dos valores que estão sendo executados por determinadas instituições financeiras. **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.** A. **Considerações gerais.** A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. A política de controle consiste em acompanhar permanentemente as taxas de juros contratadas, comparativamente às taxas vigentes no mercado sobre: • **Empréstimos e financiamentos:** são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixados; • **Contas a receber e fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias; • **Caixa e equivalentes de caixa:** estão substancialmente indexados ao CDI. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

	2020	2019
Empréstimos e recebíveis		
Ativos		
Caixa e equivalentes a caixa	25	634
Contas a receber	380	310
Partes relacionadas	81.224	85.642
Outras contas a receber	1.884	1.926
Passivos		
Fornecedores	4.785	37.955
Empréstimos e financiamentos	8.348	171.023
Plano de recuperação judicial	37.600	-
Partes relacionadas – RJ	100.146	-
Partes relacionadas	37.494	124.608
Outros contas a pagar	77	12

O valor contábil dos instrumentos financeiros equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado ou de realização na data do balanço. **23.2. Riscos de mercado.** • **Risco de câmbio:** está relacionado à possibilidade de oscilação de taxa de conversão cambial de transações originalmente contratadas em moeda estrangeira, tais como: vendas, operações de crédito e custo dos produtos vendidos; • **Risco de preço das mercadorias:** está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Sociedade vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e o custo dos produtos são afetados por alterações de preços; • **Riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. **23.3. Risco de crédito:** É o risco de perda financeira no caso de cliente ou contraparte de instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. A Sociedade controla o risco de crédito em relação a cada um de seus produtos: • **Energia elétrica:** é integralmente comercializada no mercado livre de curto prazo, com pagamentos até o mês seguinte ao mês de fornecimento, conforme volume e preço negociados durante o período do mercado de curto prazo. Caso não ocorra negociação entre a Sociedade e os demais agentes, esta energia é liquidada no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ou Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio do mês de fornecimento, com pagamento na data de liquidação do mercado de curto prazo na CCEE, que ocorre até o mês subsequente mais vinte e cinco dias úteis, descontado a inadimplência do Ambiente de Livre Contratação (ACL) no período; • **Açúcar:** a totalidade da produção de açúcar é exportada pelas empresas comerciais exportadoras Sudec e Canex, com recebimento semanal de 80% do açúcar depositado nos armazéns portuários, constituindo praticamente operação à vista, sendo o volume remanescente liquidado contra apresentação dos documentos de remessa; • **Etanol:** 75% da produção é vendida por meio de contrato com pagamentos semanais. O volume remanescente é vendido no mercado à vista com pagamento antecipado; • **Adiantamentos para fornecimento de cana:** a Sociedade acompanha e evolui dos principais fornecedores quanto à capacidade de honrarem com as entregas programadas. O principal fornecedor é a Agrícola Almeida Ltda., empresa relacionada e de controle comum dos acionistas da Sociedade. Quando necessário, a Sociedade estabelece provisão para redução ao valor recuperável que representa suas estimativas de perdas

incorridas em relação a duplicatas e outros recebíveis. Esta provisão está relacionada, principalmente, à perda específica relacionada a exposições individuais significativas e a um componente de perda coletivo estabelecido em relação a grupos de ativos similares no tocante a perdas incorridas, mas ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em dados históricos de estatística de pagamento relativos a ativos financeiros similares. Em 31/03/2020 a Sociedade não reconheceu qualquer provisão para perdas com recebíveis. **a. Risco de liquidez.** É o risco de dificuldades para a Sociedade cumprir suas obrigações com passivos financeiros. A Sociedade procura garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação. Entretanto, conforme apresentado na Nota Explicativa no 1, a Sociedade vem enfrentando dificuldades em manter liquidez para cumprir com suas obrigações e manter suas operações em seu curso normal. Desta forma, sua Administração está empenhada em assegurar o mínimo de liquidez para que suas operações possam receber os investimentos necessários em capital de giro, bem como permanentes para cumprir com suas estratégias de negócios de curto e longo prazos. **b. Risco operacional:** É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes de várias causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como consequência de exigências de lei e de normas geralmente aceitas de conduta comercial. No tocante a riscos operacionais, são contratadas apólices de seguro específicas para cobrir danos que possam ocorrer em nosso parque industrial, como avaria de maquinário, veículos, danos elétricos, vendáveis e incêndio, que garantem a substituição das perdas. **Análise de sensibilidade – cambial:** Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários de “Alta” e “Baixa” foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável. A tabela a seguir demonstra eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados:

Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	4.491	12.706	20.920	(2.081)	(6.462)
As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas junto as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa. Risco de taxa de juros (Análise de sensibilidade): A Sociedade está exposta aos riscos de taxa de juros pós-fixadas, principalmente no que tange as operações de financiamentos e empréstimos. A administração considerou risco significativos as operações indexadas às taxas CDI e TJLP. O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado do CDI e da TJLP para o próximo exercício, ou seja, taxas anuais de 2,25% e 4,91% respectivamente. Para os cenários I e II foram considerados um aumento de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas para o cenário provável. Para os cenários III e IV foram considerados uma redução de 25% e 50% respectivamente sobre as taxas utilizadas como cenário provável. A tabela a seguir demonstra o eventual impacto no resultado, considerado para o cenário provável, e os eventuais impactos adicionais no resultado considerados para os cenários I, II, III e IV:					

Instrumentos	Risco	Exposição	Provável	I		II	
				III	IV		
Instrumentos financeiros passivos							
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.347	188	235	282		
Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-		
Instrumentos							
Instrumentos financeiros passivos							
Empréstimos e financiamentos	variação CDI	8.347	188	141	94		
Empréstimos e financiamentos	variação TJLP	-	-	-	-		

As informações utilizadas para a apuração das análises de sensibilidade apresentadas acima (riscos cambiais, e taxa de juros), foram obtidas junto às fontes externas de mercado, como BOVESPA e BACEN. **24. Cobertura de seguros.** A Sociedade tem cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em reais, é como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo de cobertura
Edifícios, máquinas e instalações industriais e estoques	Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, explosão e implação de qualquer natureza	70.000
	Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou espaciais, impactos de veículos terrestres e fumaça	2.000
	Danos elétricos	4.000
	Equipamentos eletrônicos com roubo	200
	Roubo e furto qualificado de bens	100
	Responsabilidade civil geral	500
	Linhas de transmissão	5.000

25. Benefícios a empregados. **a) Bônus negociação acordo coletivo.** A Sociedade possui programa de bônus aos seus colaboradores, negociado por meio dos sindicatos dos trabalhadores, cuja vigência inicia em 1º de maio de cada ano, tendo iniciado no exercício de 2010 e 2011. Em 31/03/2020 e de 2019 a Sociedade não registrou bônus. Estes benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos. **b) Outros benefícios.** A Sociedade prevê a seus empregados, seguro de vida em grupo enquanto permanecerem com vínculo empregatício. Tal benefício é custeado na sua totalidade pelos funcionários. **26. Compromissos futuros de vendas e compras.** Em 31/03/2020, a Sociedade tinha firmado os seguintes compromissos: **a) V**

Classe	Carência	Deságio	Correção	Juros	Parcelas	Início dos Pagamentos	Deadline	Outras Informações	Fase Atual
Classe I - Trabalhistas	30 dias após a homologação do PRJ ou da decisão que habilitar o crédito.	Não	Não	Não	1	11/11/19	11/11/19	Estão sujeitos a essa condição os credores com créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial, no limite de até 5 salários mínimos por trabalhador, vencidos nos 3 meses anteriores ao ajuizamento da RJ	Iniciado
Classe I - Trabalhistas	Até um ano após a homologação do PRJ	Não	Não	Não	N/A	-	09/10/20	os créditos remanescentes após o pagamento inicial de até cinco salários mínimos será pago em até um ano a contar a partir da homologação do PRJ	Não Iniciado
Classe II - Garantia Real	Sem Carência	80%	TR + 0,25% a.a.	Não	6	jun/20	nov/35	os credores receberam o valor montante de 20% do valor de face dos seus créditos em 6 parcelas nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra, respeitados os percentuais de amortização de cada ano Safra.	Não Iniciado
Classe II - Garantia Real	Sem Carência	Não	Não	Não	(i) Os credores que optarem pelo recebimento integral do crédito terão um montante correspondente a 5% do valor do crédito pago em 35 parcelas mensais é iguais sendo a primeira até o último dia útil do segundo mês seguinte à homologação do PRJ. (ii) o montante referente a 95% do crédito será pago em uma única parcela até o 20º ano após a homologação do PRJ, corrigido pela TR desde a data de ajuizamento, até o efetivo pagamento, sendo que tal pagamento da parcela única se dará por meio da conversão dos créditos de garantia Real em participação societária da Recuperanda Agroindustrial Vista Alegre S.A. ou em eventual UPI constituída à época	30/12/19	07/10/39	-	Iniciado
Classe III - Quirografários	Sem Carência	80%	TR + 0,25% a.a.	Não	6	jun/20	nov/35	Os credores receberam montante referente a 20% do valor Face dos respectivos créditos em 6 parcelas nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra respeitados os percentuais de amortização de cada Ano Safra	Não Iniciado
Classe III - Quirografários	Sem Carência	Não	Não	Não	(i) Os credores que optarem pelo recebimento integral do crédito terão um montante correspondente a 5% do valor do crédito pago em 35 parcelas mensais é iguais sendo a primeira até o último dia útil do segundo mês seguinte à homologação do PRJ. (ii) o montante referente a 95% do crédito será pago em uma única parcela até o 20º ano após a homologação do PRJ, corrigido pela TR desde a data de ajuizamento, até o efetivo pagamento, sendo que tal pagamento da parcela única se dará por meio da conversão dos créditos da Natureza Quirografária em participação societária da Recuperanda Agroindustrial Vista Alegre S.A. ou em eventual UPI constituída à época	30/12/19	07/10/39	-	Iniciado
Classe IV - ME e EPP	Sem Carência	Não	TR + 0,25% a.a.	Não	6	jun/20	nov/28	Os credores Classe IV terem seus créditos pagos em 6 parcelas nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra respeitados os limites de amortização de cada ano safra conforme anexo abaixo referente às amortizações dos credores classe IV	Não Iniciado
Credores, Fornecedores Estratégicos - Créditos inferiores a R\$ 30.000,00	Em até um ano após a Homologação do PRJ	Não	Não	Não	-	-	09/10/20	-	Não Iniciado
Credores Fornecedores Estratégicos - Créditos superiores a R\$ 30.000,00	Sem Carência	Não Implícito	TR + 0,25% a.a.	Não	6	01/06/20	01/11/26	(i) os credores com crédito superiores ao valor de R\$ 30.000 terão os pagamentos efetuados sem carência de principal, em 6 parcelas, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de cada ano safra respeitando, o fluxo de amortização em anexo (ii) os credores sujeitos a essa condição de pagamento podem optar pelo recebimento do crédito de acordo com a cláusula 10.2.1 (a mesma para os credores com créditos inferiores a R\$ 30.000), desde que notifiquem as recuperandas e ortologuem os valores que ultrapassem o valor de R\$ 30.000,00.	Não Iniciado

Plano de Recuperação Judicial						Plano de Recuperação Judicial						A diferença entre os valores registrados contabilmente da dívida e o valor habilitado no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), proporcionaram um ganho, todavia estes valores não foram reconhecidos no resultado neste momento porque existem outras partes além da Sociedade, que fazem parte das transações financeiras (avalistas, garantidores etc.) que podem vir a requerer o pagamento da dívida, assim sendo os ganhos teriam que ser revertidos. Portanto o reconhecimento dos ganhos se dará definitivamente no momento da liquidação financeira da dívida, a antecipação do reconhecimento geraria efeitos tributários desnecessários. 28. Eventos Subsequentes. a) Os impactos relacionados à pandemia do COVID-19. A Sociedade enquadra-se no rol das atividades essenciais e como tal, teve seu funcionamento mantido durante o período de pandemia. Tendo como certo que o contágio do vírus ocorre principalmente pelo contato, e em consonância com as orientações da OMS-Organização Mundial de Saúde, a Sociedade buscou maneiras de se prevenir durante esse período Não obstante, com a finalidade de proteger e cuidar de seus colaboradores foram tomadas diversas medidas de precaução, sendo elas: a) Aumento da frota de ônibus que realiza o transporte dos colaboradores, de forma a acomodar apenas uma pessoa a cada dois bancos; b) No momento da chegada a Sociedade, todos os colaboradores são monitorados através de termômetros infravermelhos, e aqueles com temperatura superior a 37 graus são encaminhados a ambulatório interno da Sociedade, onde o enfermeiro está orientado e apto a aferir novamente a temperatura e verificação de sintomas, com a consequente orientação necessária; c) Foram realizadas demarcações de distanciamento em todos os locais passíveis de aglomeração de pessoas (catraca da portaria, pontos digitais, entrada do refeitório etc.), além da disponibilização de dispensers de álcool gel em referidos locais, além de outros pontos estratégicos, que são repostos diariamente; d) Orientações através de comunicação afixadas nos quadros de aviso, com relação a forma de proceder para a higienização de mãos e objetos, distanciamento etc.; e) Orientações in loco realizadas pela equipe de segurança de trabalho junto aos funcionários em seus postos de trabalho, com a orientação e disponibilização de álcool gel assepsia dos equipamentos; f) Distribuição de máscaras de proteção para os funcionários; g) Disponibilização de borrifadores com álcool 70%, para os líderes efetuarem a higienização de equipamento; h) Redução do número de cadeiras dispostas no refeitório, além de realização de escalas de funcionários por horários para refeição, tudo com a finalidade de não haver aglomeração, além da disponibilização de luvas descartáveis e dois pontos de álcool gel (um anterior e outro posterior ao serviço) dentro do refeitório, ainda no refeitório, foi suspenso o serviço através de self service, passando a ser realizado por um funcionário do refeitório, devidamente equipado com luvas e máscara de proteção; i) Realização de DDs (diálogos diários de segurança) com os colaboradores com as orientações de prevenção e cuidados; j) As visitas de fornecedores, clientes, prestadores, entre outros, foram reduzidas a apenas às estritamente necessárias e de urgência. 29. Aprovação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Sociedade em 16/02/2021.
Composição da dívida em R\$						Composição geral da dívida						
Tipo de Credor	31/03/2020	Baixas (i)	10/10/2019	31/03/2019	Particip. %	Aprovados conforme - PRJ		Crédito		Particip. em		
						cláusula	Capital- Crédito	Crédito	20%	2020		
						8.2	zação	total	20%	2020		
Credores trabalhistas	330	-	330	-	0,001							
Credores c/ garantia real	4.159	42	4.201	4.979	0,015							
Credores extraconcursal	23.297	-	23.297	34.176	0,087							
Credores quirografários	113.272	1.035	114.307	581.717	0,421							
Credores (EPP - ME)	1.659	-	1.659	1.259	0,006							
Credores estratégicos	21.752	-	21.752	-	0,081							
Credores - Cláusula 8.2 (i)	4.261	31	4.292	-	0,016							
Credores - Partes relacionadas	100.146	-	100.146	-	0,372							
Fiscal	-	-	-	42.070	-							
Total	268.876	1.108	269.984	664.201	100,0							
(i) Pagamentos realizados no período.						Circulante (i)						
						Não circulante (i)						
						27.4. Plano de Recuperação Judicial						
						Credores - Trabalhistas						
						Credores - Garantia real						
						Credores - Quirografários						
						Credores - ME e EPP						
						Credores - Estratégicos						
						Credores - Partes relacionadas						
						Circulante (i)						
						Não circulante (i)						
						27.5. Outros créditos PRJ (Futuro aumento de capital)						
						Instituições financeiras						
						Fornecedores de materiais e serviços						
						Fornecedores de cana/parcerias agrícolas						
						2020						
						2019						
						127.117						
						576						
						3.437						
						131.130						
						Conforme cláusula 8.2 e 8.2.1 do Plano de recuperação Judicial, os credores deste grupo, a seu exclusivo critério, optaram pelo recebimento integral de seus créditos, sendo que neste caso, receberão o montante equivalente a: (i) 5% (cinco por cento) de seus respectivos créditos, conforme disposto na lista de Credores, em 35 (trinta e cinco) parcelas mensais e iguais, sendo a primeira quitada até o último dia útil do segundo mês imediatamente seguinte à Homologação do Plano de Recuperação Judicial; (ii) Os demais 95% (noventa e cinco por cento) serão pagos em parcela única até o 20º (vigésimo) ano após a Homologação do PRJ, corrigida por TR desde a data do pedido até o efetivo pagamento, sendo certo que tal pagamento da parcela única supramencionada se dará por meio da conversão dos créditos que tenham optado, em participação societária na Sociedade ou UPI que tenha sido constituída à época, nos termos do Plano de Recuperação Judicial. Obrigatoriamente a conversão prevista nesta opção de pagamento deverá se dar por meio da emissão de ações da Sociedade ou da eventual UPI, sendo certo que o preço da emissão de tais ações deverá ser acordado expressamente entre os Credores, que tenham optado pela conversão, e a Sociedade Coligada. 27.6. Resultado de exercícios futuros - PRJ						
						2020						
						2019						
						(1.578)						
						2.275						
						2.014						
						2.500						
						5.210						

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Acionistas da Agroindustrial Vista Alegre S.A. - Em recuperação judicial. Itapetininga - SP. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Agroindustrial Vista Alegre S.A. - Em recuperação judicial ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroindustrial Vista Alegre S.A. em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Prejuízos fiscais e base negativa registrados sem expectativa de geração de resultados futuros:** Conforme Nota Explicativa nº 18, a Sociedade mantém registrado no ativo não circulante, montante referente a prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social oriundos de resultados operacionais negativos. A Sociedade apresenta incerteza quanto a expectativa de geração de resultados futuros tributáveis positivos suficientes para a compensação e utilização desses créditos tributários, sendo que o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no respectivo montante. Além disso, durante o processo de revisão das bases utilizadas para constituição dos ativos e passivos diferidos, identificamos que os valores apresentados de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social estão apresentados a maior em R\$ 45.892 mil. **Recuperabilidade de ativos:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade deve revisar anualmente o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis para determinar se há alguma indicação da existência de fatores que determinem a necessidade de sua redução ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de março de 2020, a Sociedade não realizou análises quanto à capacidade de recuperação ou registrou qualquer provisão para perda relacionada a esses ativos. Deste modo, em 31 de março de 2020, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a necessidade de registro, ou não, de provisão para redução a seu valor recuperável dos saldos do ativo imobilizado e do intangível, que estão contemplados em conjunto no balanço patrimonial daquela data nos montantes de R\$ 262.935 mil e R\$ 437 mil, respectivamente. **Participação recíproca:** Conforme a Nota Explicativa nº 9.b, a Sociedade adquiriu, em 26 de janeiro de 2017, participação de 0,125% nas cotas da parte relacionada Agrícola Almeida Ltda., entretanto, na mesma data a Agrícola Almeida também adquiriu participação na Sociedade. Conforme previsto no artigo 244 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) esse tipo de operação é vedada entre empresas coligadas e controladas e caso seja efetuada importa em responsabilidade civil solidária dos administradores das entidades envolvidas, equiparando à compra ilegal das próprias ações. Até a data dessas demonstrações contábeis e da emissão desse relatório essa situação ainda não foi solucionada. Desta forma, não conseguimos mensurar os impactos dessa situação nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2020. **Adequações de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido.** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19.c, a Sociedade realizou determinadas adequações de exercícios anteriores diretamente no patrimônio líquido, ou seja, em desacordo com o previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Essas diferenças gerariam determinados ajustes fiscais nos exercícios anteriores se realizados de forma adequada. A administração da Sociedade optou por não retificar essas apurações fiscais e obrigações acessórias durante o exercício findo em 31 de março de 2020. **Registro indevido dos ganhos provenientes das deduções de juros e multas referentes ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT):** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, em 31 de outubro de 2017, a Sociedade optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais mediante adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da Lei nº 13.496/2017, com aproveitamento dos benefícios da referida lei, com redução de multas, juros, honorários e também a utilização de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL para amortização do saldo devedor consolidado, entretanto, a Sociedade realizou o registro do ganho proveniente das deduções na Rubrica "Outras receitas operacionais", e não ofereceu a receita as tributações à ela pertinentes. A correta classificação desse ganho e a sua adequada tributação gerariam uma despesa e um passivo de R\$ 3.890 mil para a Sociedade. Dessa forma, o passivo circulante está apresentado a menor e o patrimônio líquido a maior no referido montante. **Ausência de atualização monetária em operações de mútuo:** Em 31 de agosto de 2017, a Sociedade formalizou junto à sua parte relacionada Tatre Administração e Participações Ltda. aditivo ao contrato de mútuo mantido entre elas, o qual prevê atualização monetária da dívida tendo como indexador o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). No entanto, a Sociedade atualizou a dívida somente até a data de formalização do aditivo. A atualização da dívida para 31 de março de 2019 geraria determinados ajustes, com efeito líquido no resultado de R\$ 3.641 mil e para 31 de março de 2020 com efeito líquido no resultado de R\$ 3.392 mil. Dessa forma, o passivo não circulante está demonstrado a menor e o resultado a maior no referido montante. **Cláusulas restritivas de covenants:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 a Sociedade possui operações com cláusulas restritivas de "covenants", montante de R\$ 8.349 mil em 31 de março de 2020, sendo R\$ 761 mil registrados no passivo circulante e R\$ 7.588 mil registrados no passivo não circulante. A Sociedade não está cumprindo com determinadas cláusulas restritivas presentes nos contratos envolvendo essas operações, deixando de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data-base das demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26. Consequentemente, em 31 de março de 2020 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 7.588 mil. **Registro da redução da dívida do Plano de Recuperação Judicial - PRJ:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.3, em 1º de setembro de 2017, a Sociedade e sua

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

coligada Agrícola Almeida Ltda., ajuizaram pedido de Recuperação Judicial conforme processo nº 1006126-28-2017.8.26.0269, cujo processamento foi deferido por decisão em 15 de setembro de 2017. Em decisão proferida em 07 de outubro de 2019 e publicação em 10 de outubro de 2019, homologou-se o Plano de Recuperação Judicial em conjunto das Sociedades, tendo sido aprovado por seus credores em assembleia geral instalada em 23 de setembro de 2019. A Sociedade reconheceu o montante de R\$ 291 mil, referente a redução de dívidas na homologação do Plano de Recuperação Judicial, no grupo de "outros resultados operacionais líquidos". Além disso, conforme mencionado na nota explicativa nº 27.6, a Sociedade deixou de reconhecer as demais reduções nas suas respectivas dívidas homologadas no montante de R\$ 5.210 mil. No nosso entendimento, essas reduções deveriam ser registradas no resultado do exercício findo em 31 de março de 2020 como "receitas financeiras". O adequado reconhecimento dessas reduções geraria impactos tributários no montante de R\$ 451 mil. Dessa forma, em nosso entendimento, o passivo não circulante está apresentado a maior em R\$ 5.210 mil, o passivo circulante a menor em R\$ 451 mil e o resultado a menor em R\$ 4.759 mil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1.3 que menciona que a Sociedade requereu em 1º de setembro de 2017, sendo deferido em 15 de setembro de 2017, o processo de Recuperação Judicial. O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi aprovado pelos credores conforme assembleia realizada em 23 de setembro de 2019, e homologado em 07 de outubro de 2019, sendo necessário para a continuidade operacional da Sociedade. Ressaltamos que as demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a uma entidade em continuidade normal dos negócios. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto que as operações da Sociedade gerarão recursos suficientes para saldar os compromissos e obrigações de longo prazo, bem como realizar os investimentos necessários para continuar operando, portanto, não incluem quaisquer ajustes relativos a realização e a classificação dos ativos ou dos passivos registrados que seriam requeridos na impossibilidade de a Sociedade continuar operando. Consequentemente, não pudemos concluir sobre a necessidade ou não de eventuais ajustes ou divulgação nas notas explicativas em relação aos saldos apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2020. **Ênfases:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Sociedade mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre elas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.(c) itens: (i) Em 23 de agosto de 2018, a Sociedade efetuou transferência para sua parte relacionada **Motocana Máquinas e Implementos Ltda.**, o montante de R\$ 520 mil referente a parcela de Prejuízo Fiscal e Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para amortização de débitos incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) conforme lei nº 13.496/2017 e (ii) Em contra partida a transferência de créditos fiscais foi reconhecido o direito de recebimento do crédito correspondente no montante de R\$ 177 mil conforme instrumento particular de mútuo de créditos fiscais convencionado entre as partes datado de 23 de agosto de 2018 com vencimento para 23 de agosto de 2021. Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o mencionado na Nota Explicativa nº 11, que menciona que a Sociedade realizou a transferência de determinadas dívidas financeiras para a sua parte relacionada Agrícola Almeida Ltda. em virtude de manter saldos a receber dessa parte relacionada. Conforme informado na Nota Explicativa nº 11, o montante envolvido foi de R\$ 368.277 mil, porém, sem solicitar anuidade das instituições financeiras credoras, sendo que as referidas dívidas podem ser executadas diretamente da Sociedade. Desta forma, não tivemos condições de mensurar os impactos dessa alteração e sua divulgação nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2020. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 16 de fevereiro de 2021.

BDO RCS
Audidores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/0-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador
CRC 1 SP 262247/0-8

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/02/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

